

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

**Gestão Fiscal e Desenvolvimento Socioeconômico nos Municípios da Região
Norte do Brasil**

Ruy Barbosa da Silva Monteiro Violante
Magister Scientiae

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2024**

RUY BARBOSA DA SILVA MONTEIRO VIOLANTE

**Gestão Fiscal e Desenvolvimento Socioeconômico nos Municípios da Região
Norte do Brasil**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientador: Evandro Rodrigues de Faria

Coorientador: Wesley de Almeida Mendes

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2024**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

V795g
2024

Violante, Ruy Barbosa da Silva Monteiro, 1984-
Gestão fiscal e desenvolvimento socioeconômico nos
municípios da Região Norte do Brasil / Ruy Barbosa da Silva
Monteiro Violante. – Viçosa, MG, 2024.

1 dissertação eletrônica (71 f.): il. (algumas color.).

Orientador: Evandro Rodrigues de Faria.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa,
Departamento de Administração e Contabilidade, 2024.

Referências bibliográficas: f. 63-71.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2024.828>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Administração municipal - Brasil, Norte.
2. Responsabilidade fiscal - Brasil, Norte. 3. Finanças municipais
- Brasil, Norte. 4. Desenvolvimento econômico - Aspectos
sociais - Brasil, Norte. I. Faria, Evandro Rodrigues de, 1984-
II. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de
Administração e Contabilidade. Programa de Pós-Graduação em
Administração. III. Título.

CDD 22. ed. 352.1409811

RUY BARBOSA DA SILVA MONTEIRO VIOLANTE

**Gestão Fiscal e Desenvolvimento Socioeconômico nos Municípios da Região
Norte do Brasil**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 27 de setembro de 2024.

Assentimento:

Ruy Barbosa da Silva Monteiro Violante
Autor

Evandro Rodrigues de Faria
Orientador

Essa dissertação foi assinada digitalmente pelo autor em 19/12/2024 às 11:42:02 e pelo orientador em 19/12/2024 às 12:31:46. As assinaturas têm validade legal, conforme o disposto na Medida Provisória 2.200-2/2001 e na Resolução nº 37/2012 do CONARQ. Para conferir a autenticidade, acesse <https://siadoc.ufv.br/validar-documento>. No campo 'Código de registro', informe o código **QY3R.DXJT.9UAW** e clique no botão 'Validar documento'.

Dedico este trabalho ao meu pai (Rui Manoel Monteiro Violante) e minha irmã (Marília Barbosa da Silva Monteiro Violante) in memoriam.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, que é o meu justo juiz, redentor e salvador.

À minha esposa, filhos, mãe, e padrasto pelo apoio incondicional sempre que eu precisei durante essa jornada acadêmica.

À Universidade do Estado do Amazonas, que viabilizou minha participação no programa de mestrado, ao disponibilizar cota de vagas para órgãos parceiros. Aos meus colegas da 2ª Turma do Mestrado Interinstitucional UFV-UEA por todos os momentos que partilhamos.

À Secretaria de Fazenda do Amazonas, na pessoa do Secretário de Fazenda, Alex Del Giglio e minha diretora Karen Valeska Monteiro por todo apoio a mim concedido nesse tempo tão desafiador.

Aos meus colegas de trabalho Ewerton Claudino pelo companheirismo durante esse tempo e Sander Couto por compartilhar comigo o edital do programa e, por diversas vezes, ter me auxiliado com seu conhecimento e aconselhamento durante esse período.

À Universidade Federal de Viçosa que, por meio do seu corpo docente de excelência, do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGAdm), contribuiu com os conhecimentos que nos prepararam da melhor maneira para os desafios de se construir uma pesquisa acadêmica.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Aos professores doutores Luiz Abrantes e Suely de Fátima Ramos Silveira, por todas as contribuições desde a fase embrionária deste projeto e a fase dos seminários de pesquisa.

Ao Prof.º Dr. Wesley de Almeida Mendes, por todo o auxílio e contribuições na elaboração desta dissertação.

Ao meu orientador, Prof.º Dr. Evandro Rodrigues de Faria pelos conselhos, apoio e por ter sido um grande farol que me orientou durante esse processo.

“A ciência está mais nas profundezas que na superfície. A ciência é um conhecimento pelas causas, e as causas são profundas como as raízes. Devemos sacrificar sempre a extensão à penetração, pela simples razão de que a extensão não é nada em si mesma, e a penetração, introduzindo-nos no centro dos fatos, fornece-nos a substância daquilo que era buscado em uma investigação sem fim.”

(A.D. Sertillanges)

RESUMO

VIOLANTE, Ruy Barbosa da Silva Monteiro, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, setembro de 2024. **Gestão Fiscal e Desenvolvimento Socioeconômico nos Municípios da Região Norte do Brasil**. Orientador: Evandro Rodrigues de Faria. Coorientador: Wesley de Almeida Mendes.

Este trabalho investiga a relação entre desenvolvimento socioeconômico e gestão fiscal nos municípios da região Norte do Brasil. Utilizou-se análise fatorial para criação de um índice de desenvolvimento socioeconômico, o ICV – Índice de Condições de Vida para a totalidade dos municípios que compõe a região e procedeu-se a análise do desenvolvimento socioeconômico local por meio de estatística descritiva. Em seguida, por meio de análise de regressão com 1950 observações, pesquisou-se a relação entre o ICV e IFGF, Esforço Fiscal, PIB per capita, FPM per capita, Densidade Demográfica, e arranjos político-partidários. Os resultados apontaram para um declínio dos níveis de condições de vida no período analisado, e que grande parte dos municípios da região encontram-se abaixo no nível de desenvolvimento socioeconômico considerado médio. Verificou-se ainda que melhores níveis de IFGF, Esforço fiscal, PIB per capita, FPM per capita e maior concentração demográfica, tendem a melhorar os níveis de desenvolvimento local. Quanto aos arranjos político-partidários, viu-se que o desenvolvimento socioeconômico da região pode ser mais afetado por meio das relações do prefeito com o presidente e sua coligação do que com o governador e sua coligação. Políticas públicas voltadas para melhor qualidade da gestão fiscal, aumento da capacidade arrecadatória, e aumento da renda per capita, tendem afetar positivamente as condições de vida da população. Concluiu-se ainda, a partir da pesquisa, que a intensificação das relações político-partidárias entre prefeitura e os partidos que compõe a coligação de apoio ao presidente pode trazer ganhos em termos de recursos e políticas públicas que promovam o desenvolvimento socioeconômico local.

Palavras-chave: desenvolvimento socioeconômico; gestão fiscal; região norte do brasil.

ABSTRACT

VIOLANTE, Ruy Barbosa da Silva Monteiro, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, September, 2024. **Fiscal Management and Socioeconomic Development in Municipalities in the Northern Region of Brazil.** Adviser: Evandro Rodrigues de Faria. Co-adviser: Wesley de Almeida Mendes.

This paper investigates the relationship between socioeconomic development and fiscal management in the municipalities of the Northern region of Brazil. Factor analysis was used to create a socioeconomic development index, the ICV – Living Conditions Index for all the municipalities that make up the region, and the analysis of local socioeconomic development was carried out through descriptive statistics. Then, through regression analysis with 1950 observations, the relationship between the LCI and fiscal management, Fiscal Effort, GDP per capita, FPM per capita, Demographic Density, and political-party arrangements was investigated. The results pointed to a decline in the levels of living conditions in the period analyzed, and that most of the municipalities in the region are below the level of socioeconomic development considered medium. It was also found that better levels of IFGF, Fiscal Effort, GDP per capita, FPM per capita and greater demographic concentration, tend to improve the levels of local development. As for the political-party arrangements, it was seen that the socioeconomic development of the region can be more affected through the political relationship of the mayor with the president and his coalition than with the governor and his coalition. Public policies aimed at improving the quality of fiscal management, increasing the collection capacity, and increasing the per capita income, tend to positively affect the living conditions of the population. It was also concluded, from the research, that the intensification of political-party relations between the city hall and the parties that make up the coalition of support for the president can bring gains in terms of resources and public policies that promote local socioeconomic development.

Keywords: socioeconomic development; fiscal management; northern region of Brazil.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Divisão da competência tributária por ente federativo.....	27
Quadro 2 – Delineamento metodológico.....	39
Quadro 3 – Variáveis coletadas e utilizadas na construção do ICV	41
Quadro 4 – Variáveis do modelo de regressão	45
Figura 1 – Indicadores do IFGF	32
Figura 2 – Organograma do ICV	42

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Análise descritiva das variáveis que embasaram o ICV.....	48
Tabela 2 – Testes preliminares à Análise Fatorial.....	49
Tabela 3 – Análise das Comunalidades de 2015 a 2019	49
Tabela 4 – Fatores obtidos pelo método dos componentes principais	50
Tabela 5 – Resumo Estatístico do ICV de 2015 a 2019	51
Tabela 6 - Análise do ICV por estado de 2015 a 2019.....	52
Tabela 7 - Análise do ICV da Região Norte do Brasil por níveis de desenvolvimento de 2015 a 2019	53
Tabela 8 - Análise do ICV dos estados por níveis de desenvolvimento e percentual de municípios de 2015 a 2019.....	54
Tabela 9 – Análise da evolução do ICV por mesorregiões da Região Norte e maiores níveis médio totais de desenvolvimento.....	55
Tabela 10 – 15 municípios com as melhores condições socioeconômicas para o período 2015 a 2019	56
Tabela 11 – 15 municípios com as piores condições socioeconômicas para o período 2015 a 2019	56
Tabela 12 – Análise descritiva das variáveis quantitativas utilizadas no modelo de regressão	57
Tabela 13 – Estatística do modelo.....	59

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DCL – Dívida Consolidada Líquida

FINBRA – Finanças do Brasil

FIRJAN – Federação das Indústrias do Rio de Janeiro

FPM – Fundo de Participação dos Municípios

FUNDEB – Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação

ICV – Índice de Condições de Vida

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IFDM – Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal

IFGF – Índice Firjan de Gestão Fiscal

INEP – Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais

IPDB – Índice Iparde de Desenvolvimento Municipal

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPVA - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores

KMO – Kaiser-Meyer-Okin

LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal

MDR – Ministério do Desenvolvimento Regional

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

PIB – Produto Interno Bruto

RCL – Receita Consolidada Líquida

SNIS – Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento

SUS – Sistema Único de Saúde

TPG – Teoria Fiscal de Primeira Geração

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

TSG – Teoria Fiscal de Segunda Geração

TVU – Transferências Voluntárias da União

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 REFERENCIAL TEÓRICO	19
2.1 Finanças Públicas.....	19
2.2 Federalismo fiscal	20
2.2.1 Primeira e Seguranda Geração do federalismo fiscal	23
2.3 Federalismo Fiscal brasileiro	26
2.4 Gestão Fiscal, Esforço Fiscal, FPM e desenvolvimento socioeconômico.....	33
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	38
3.1 Análise Fatorial.....	39
3.2 Análise de Regressão.....	42
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	46
4.1 Análise do Índice de Condições de Vida - ICV.....	47
4.1.1 Análise descritiva das variáveis que embasaram o ICV	47
4.1.2 Teste de Barlett e KMO	48
4.1.3 Análise das comunalidades	49
4.1.4 Análise dos fatores pelo método dos componentes principais.....	50
4.2 Análise das condições socioeconômicas da Região Norte do Brasil de 2015 a 2019 com base no ICV	50
4.2.1 Análise do ICV por estado de 2015 a 2019	52
4.2.2 Análise do ICV da Região Norte do Brasil por níveis de desenvolvimento de 2015 a 2019.....	53
4.2.3 Análise do ICV da Região Norte do Brasil por níveis de desenvolvimento de 2015 a 2019.....	53
4.2.4 Análise das mesorregiões da região Norte do Brasil com base no ICV de 2015	

a 2019.....	54
4.3 Análise do modelo de regressão.....	57
4.3.1 Análise descritiva das variáveis quantitativas utilizadas no modelo de regressão	57
4.3.2 Estatística do modelo	58
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	63

1. INTRODUÇÃO

O Estado é parte fundamental em qualquer sociedade e tem como finalidade última a promoção do bem comum. No caso do Brasil, essa finalidade está materializada na própria constituição que tem como objetivos a construção de uma sociedade livre, justa e solidária; que promova o desenvolvimento nacional; que atue na erradicação da pobreza e diminuição das desigualdades sociais e regionais; bem como no combate a qualquer tipo de discriminação (Brasil, 1988).

Boa parte desses objetivos, de maneira resumida, poderiam ser representados por duas palavras: desenvolvimento socioeconômico, um conceito que nas últimas décadas tem alcançado grande relevância e passou a refletir não somente o crescimento econômico de uma nação, mas também do bem-estar de sua população, ou seja, de suas condições de vida. Para Bresser-Pereira (2006), o desenvolvimento econômico é um dos grandes objetivos políticos a que se propõe as sociedades não somente do ponto de vista econômico, mas também social, ambiental e político.

Na visão de Oliveira (2002), o conceito de desenvolvimento econômico deve alcançar mudanças não somente econômica, mas política e, sobretudo, em benefício do desenvolvimento humano. Nesse sentido, para o autor, o crescimento econômico deve impulsionar transformações que satisfaçam as necessidades de saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras.

Esse crescimento, porém, pode vir acompanhando de uma grande concentração de renda, oferta de serviços públicos insuficientes e baixa qualidade de vida para parcela relevante da sociedade. Nesses casos, as políticas públicas acabam por compensar essa deficiência para o mínimo existencial.

O pensamento dominante entre cientistas e governantes é de que o desenvolvimento engloba variáveis sociais, e de preservação do meio ambiente, além do crescimento econômico (Leite Filho *et al.*, 2015). Dessa forma, surgem os indicadores de desenvolvimento socioeconômico, que são medidas-resumo que captam dimensões sociais que vão além do PIB – Produto Interno Bruto. O PIB é uma medida normalmente utilizada para mensurar o crescimento econômico de uma nação.

Dois indicadores bastante utilizados em pesquisas acadêmicas no Brasil, o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano e o IFDM – Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal, buscam captar dimensões relacionadas a saúde, educação e renda, por exemplo. Esses índices são uma medida importante que avalia o bem-estar populacional

no momento e ao longo do tempo e acaba por servir de insumo para ação estatal e cobranças da própria sociedade por melhores serviços públicos.

O desenvolvimento socioeconômico de uma nação para ocorrer de forma ampla, alcançando as mais diversas regiões, precisa da intervenção estatal, afinal, regiões economicamente menos pujantes, tendem a ter menor nível de crescimento econômico, o que afeta as condições de vida da população. No Brasil, por exemplo, na maioria dos municípios, o setor econômico da Administração Pública é o mais relevante no PIB (Claudio Considera, 2021).

A intervenção estatal ocorre por meio de incentivos fiscais, transferências de recursos entre entes públicos ou mesmo oferta direta de bens e serviços, ou seja, para que o Estado possa atuar nessa direção são necessários recursos, e, quando o ente público não dispõe de recursos próprios, ele acaba por necessitar das transferências de recurso de outros entes. Esse é um aspecto já previsto na constituição brasileira, e constitui parte daquilo se conhece por federalismo fiscal.

O federalismo fiscal brasileiro está traduzido na própria constituição que, em termos de recursos, prevê não somente as competências tributárias próprias – impostos, taxas e contribuições de melhoria -, mas mecanismos de transferências intergovernamentais entre União e Estados; União e Municípios; e entre Estados e Municípios. Essas transferências têm como finalidade descentralizar recursos e reduzir desigualdades. Além de corrigirem o desequilíbrio entre deveres e receitas nos diferentes níveis de governo, as transferências intergovernamentais atenuam disparidades regionais, tendo em vista que uma nação raramente é homogênea tanto econômica como socialmente (Leroy *et al.*, 2017).

Na prática, não só no Brasil como também em outras federações desenvolvidas, a concentração de recursos acaba sendo maior no nível mais amplo e menor nos níveis locais (Baião, 2013). Nesse sentido, vê-se que há um descasamento entre capacidade e competência, especialmente em âmbito municipal que é o foco deste trabalho. As competências comuns dos diversos entes federativos são amplas e, apenas para citar como exemplo, vão desde saúde, educação, meio ambiente, habitação, saneamento básico, cultura até medidas de combate a pobreza (Brasil, 1988)

Esse amplo rol de bens e serviços que cabe ao município ofertar dificulta o provimento não somente para aquelas cidades que possuem limitações estruturais para exercer a autonomia concedida pela constituição, mas até mesmo para municípios maiores como as capitais (Moraes, 2006).

Países como Suíça, Canadá, Estados Unidos, Índia, Rússia e Brasil, todos possuem instrumentos que tentam amenizar esse descasamento entre atribuições e competências (Moraes, 2006). No Brasil, por exemplo, as transferências intergovernamentais são a maior fonte de receita orçamentária dos municípios (Baião *et al.*, 2017). Os recursos dessas transferências podem ser de livre aplicação ou vinculados (Massardi e Abrantes, 2015). Uma transferência desvinculada fundamental para os municípios, em especial, para os de menor porte econômico, é o FPM – Fundo de Participação dos Municípios (Tristão, 2003).

Por outro lado, a possibilidade de se obter recursos orçamentários por meio de transferências pode provocar o que se conhece por preguiça fiscal, ou seja, o gestor público exime-se do ônus político de se cobrar tributos, uma vez que pode obter recursos orçamentários por outros meios. Dessa forma, evidencia-se em boa parte dos municípios brasileiros baixo nível de esforço fiscal, gerando escassez de receitas, o que por sua vez, afeta o cumprimento de competências municipais mais elementares (Leroy *et al.*, 2017).

Nesse sentido, a gestão fiscal de um município se mostra desafiadora seja pelo descasamento entre capacidades e competências, ou pela crescente demanda por melhores serviços públicos. A autonomia da gestão fiscal municipal do ponto de vista das receitas, ou seja, do o recurso de uso não vinculado, é representada substancialmente pela arrecadação própria e pelo FPM. Transferências como FUNDEB – Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação SUS – Sistema Único de Saúde são bastante representativos nas receitas totais dos municípios, mas são recursos vinculados, logo o gestor público não tem grande discricionariedade quanto a destinação.

A gestão fiscal dos municípios é regulada pela LRF – Lei de Responsabilidade, que trata de normas gerais de finanças públicas. De acordo com a referida lei, a responsabilidade na gestão fiscal requer ação planejada e transparente, buscando corrigir o desequilíbrio das contas públicas mediante a exigência quanto ao cumprimento de metas, obediências a limites e condições no que tange a questões relacionadas a receitas e despesas públicas. As gestões municipais são as mais afetadas pelos limites impostos pela LRF devido a baixa capacidade de arrecadação tributária e elevado nível de dependência das transferências intergovernamentais (Gonçalves. *et al.*, 2022).

Os ditames impostos pela LRF surgem num contexto de busca por maior equilíbrio entre receitas e despesas, visando garantir a preservação não somente de condições mínimas para o funcionamento da máquina pública municipal, como também para a realização de investimentos públicos.

A gestão fiscal responsável é um meio para que se atinja um objetivo maior que é o bem-estar da sociedade. Dessa forma, diversos estudos têm sido aplicados no intuito de compreender a relação entre gestão fiscal e desenvolvimento socioeconômico; esforço fiscal e desenvolvimento socioeconômico; e FPM e desenvolvimento socioeconômico. Em sua grande maioria, os resultados apontam para uma relação positiva, porém há estudos que apontam em sentido contrário. Nesse sentido, essas variáveis foram eleitas como foco principal desta pesquisa.

Mourão e Rabelo (2013), ao analisar a relação entre IFGF e desenvolvimento socioeconômico por meio do IFDM – Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal, abrangendo os municípios do Vale do Ribeira entre 2006 a 2010, concluíram que o IFGF tem correlação positiva com o IFDM, sendo capaz de explicar cerca de 5,6% deste no período analisado.

Sousa *et al.* (2013) analisando a relação entre variáveis de gestão fiscal por meio do Índice de Responsabilidade Fiscal e IFDM juntamente com PIB per capita municipal em uma amostra de 373 municípios brasileiros entre 2005 e 2009, concluíram haver uma relação positiva entre responsabilidade fiscal e desenvolvimento municipal.

Mourão e Romano (2014) analisaram a relação entre IFGF e desenvolvimento socioeconômico dos municípios do Paraná, por meio do IDHM para o ano de 2010 e concluíram que o IFGF possui correlação com o IFDM, respondendo por de 6,2% deste.

Leite *et al.* (2015) analisando a relação entre Índice de Responsabilidade Fiscal Social e IFDM entre 2005 a 2010 para 853 municípios mineiros, evidenciaram que houve efeito positivo e significativo entre o cumprimento das prerrogativas da LRF e o desenvolvimento municipal.

Cajazeira e Jorge (2015), por sua vez, em uma análise da relação entre gestão (IFGF) e o desenvolvimento humano (IFDM) nos municípios sergipanos no período de 2007 a 2010 constataram haver relação de fraca intensidade entre as variáveis, indicando que não evoluíram na mesma proporção. Nesse sentido, concluíram que o avanço no índice de desenvolvimento municipal não estaria relacionado às práticas fiscais.

Oliveira e Carvalho (2017), analisando a relação entre IFGF e IFDM, além da variável dummy Reeleição para os municípios do Nordeste brasileiro entre 2006 e 2010, constataram que há relação positiva entre qualidade da gestão pública e níveis de desenvolvimento municipal, e que os eleitores nordestinos tendem a confiar um segundo mandato a um prefeito que promoveu melhoras nos níveis de desenvolvimento do município.

A pesquisa de Louzano *et al.* (2019), analisando a relação entre gestão fiscal e desenvolvimento socioeconômico, entre 2006 e 2013, para 4317 municípios brasileiros, concluíram a inexistência de relação de causalidade entre gestão fiscal e desenvolvimento.

Gonçalves, *et al.* (2022) ao analisarem a relação entre o desempenho da gestão fiscal, através do IFGF da Firjan (2019) e o desenvolvimento socioeconômico nos municípios do Rio de Janeiro entre 2006 a 2013, evidenciaram apenas para alguns anos uma relação significativamente positiva entre IFGF e IFDM.

Silva, *et al.* (2023), em pesquisa abrangendo 5569 municípios brasileiros referente ao ano de 2016, por meio de indicadores de gestão fiscal municipal e IFDM, concluíram que o desenvolvimento local se associa de forma moderada com a gestão fiscal dos municípios analisados.

Ainda no tema relacionado a gestão fiscal e desenvolvimento, Rezende *et al.* (2005), ao analisarem a relação entre investimentos público e IDH nos municípios do Estado de São Paulo, concluíram que nem sempre municípios com os maiores investimentos possuem os melhores níveis de desenvolvimento humano.

Lazarin *et al.* (2014), por sua vez, buscando analisar a relação entre dívida pública e desenvolvimento socioeconômico dos municípios paranaenses, por intermédio do indicador que representa a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida (DCL/RCL) e o Índice Iparde de Desenvolvimento Municipal – IPDM para os anos de 2002 a 2010. Os resultados indicaram que a DCL/RCL e o IPDM são positivamente relacionados, isto é quanto maior o endividamento municipal, maior será o desenvolvimento socioeconômico.

Massardi e Abrantes (2015) e Vieira *et al.* (2021), em pesquisa envolvendo municípios mineiros, analisando períodos distintos, concluíram que municípios com maior desenvolvimento socioeconômico possuem também maiores índices de esforço fiscal. Massardi e Abrantes (2015) concluíram ainda haver uma relação direta em FPM e desenvolvimento socioeconômico.

Observa-se pelos estudos relatados, conclusões divergentes acerca do mesmo tema, ainda que em sua maioria os estudos evidenciem que uma gestão fiscal responsável impacta positivamente no nível de desenvolvimento socioeconômico.

Nesse sentido, esta pesquisa buscou investigar a relação entre a qualidade da gestão fiscal e o desenvolvimento socioeconômico local além de verificar os efeitos que sobre este exercem as relações político-partidárias entre prefeitos e presidentes e prefeitos e governadores.

Assim, faz-se necessário conhecer a realidade e os obstáculos que o poder público municipal enfrenta nessa região para se financiar frente aos desafios que lhe são impostos e ao mesmo tempo contribuir para a promoção do desenvolvimento socioeconômico local. Surge então a seguinte questão: qual é o efeito da gestão fiscal dos municípios da região Norte do Brasil no nível de desenvolvimento socioeconômico local?

Desta forma, o objetivo geral deste trabalho será compreender a influência da gestão fiscal no nível de desenvolvimento socioeconômico dos municípios da Região Norte. Complementarmente, buscar-se-á como objetivos específicos:

1. Construir um índice de desenvolvimento socioeconômico dos Municípios da Região Norte.
2. Analisar o nível de desenvolvimento socioeconômico local.
3. Analisar o efeito da relação entre gestão fiscal e nível de desenvolvimento socioeconômico dos Municípios da Região Norte.

O estudo justifica-se dado a condição econômica apresentada pela maioria dos municípios da região Norte e a alta dependência desses municípios das transferências intergovernamentais. Neste cenário, uma boa gestão fiscal pode ser um elemento importante para potencializar os recursos municipais que são escassos, a condição alocativa dos municípios e conseqüentemente o desenvolvimento socioeconômico desses municípios.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Finanças Públicas

O governo é um ator relevante que está presente em nossas vidas quer se goste dele ou não. Por vezes, a atuação governamental pode ser interpretada como exacerbada, mas, em outros momentos, é extremamente necessária. Desde a crise da depressão econômica na década de 30, as funções do governo têm se expandido, e se passou a ter uma compreensão do seu importante papel no combate a inflação e manutenção do pleno emprego (Rezende, 2006). Ainda de acordo com Rezende (2006), como consequência das duas grandes guerras, surgiram mudanças nas preferências da coletividade por uma intervenção estatal na economia visando a promoção do bem-estar social.

Por outro lado, o intervencionismo em excesso, costuma ser criticado com base na ideia de que as empresas atuando em um sistema de livre-mercado são mais eficientes na alocação de recursos. A intervenção estatal pode ocorrer de forma equilibrada com atuação privada, e se justifica pela existência de falhas de mercado que impedem que ocorra que o se conhece como ótimo de Pareto, um estágio em que há alocação de eficiência máxima de recursos na economia.

Essas falhas seriam representadas por: a existência de bens públicos; a falha na competição; as externalidades; os mercados incompletos; falhas de informação; a ocorrência de desemprego e inflação (Giambiagi e Além, 2011).

Os bens públicos são aqueles cujo consumo e/ou uso é indivisível, tornando praticamente impossível excluir um indivíduo de usufruir de um bem público, independentemente de sua contribuição, fragilizando o funcionamento do sistema de mercado (Matias-Pereira, 2018).

A falha na competição propicia a ocorrência de monopólios naturais e, como seus custos unitários tendem a ser decrescentes conforme aumenta a quantidade produzida, pode ser mais vantajoso que apenas uma empresa atue no setor (Matias-Pereira, 2018). Nesses casos, o Estado pode atuar tanto como regulador ou como ofertante (Giambiagi e Além, 2011).

Há casos em que temos mercados incompletos que ocorrem quando as empresas não atuam porque não querem assumir determinados riscos seja pela falta de crédito de

longo prazo para financiar investimentos produtivos, seja pela falta de coordenação de um determinado mercado ainda incipiente (Giambiagi e Além, 2011).

As falhas de informação se dão pela falta de transparência do mercado. O Estado pode atuar, por exemplo, obrigando empresas a publicar os seus balanços contábeis. (Giambiagi e Além, 2011).

O sistema de mercado por si só pode não resolver problemas de alto nível de desemprego e inflação. Dessa forma, o Estado atua então no sentido de levar a economia ao pleno emprego e inflação controlada (Matias-Pereira, 2018).

De acordo com Giambiagi e Além (2011), a intervenção do governo, se dá através de três funções básicas: alocativa, distributiva e estabilizadora. A função alocativa se faz através de recursos compulsoriamente obtidos na sociedade e determina a oferta de bens e serviços públicos; a distributiva, no intuito de atenuar as desigualdades, visa transferir renda das classes mais abastadas para as mais pobres, e o faz em geral, através de transferências, impostos e subsídios; a estabilizadora, através, principalmente, de política fiscal e monetária, visa proteger a economia de solavancos econômicos que provocam alto nível de desemprego e um processo inflacionário (Matias-Pereira, 2018).

Em sentido mais detalhado, os recursos dos quais o governo necessita são oriundos de arrecadação própria, de transferências intergovernamentais e endividamento. Daí surge a atividade financeira do Estado e o termo finanças públicas, que, de acordo com Matias-Pereira (2021, p. 236), é a atividade “direcionada para obtenção e o emprego dos materiais e de serviços para a realização das necessidades da coletividade, de interesse geral, satisfeitas por meio do processo do serviço público.”

No Brasil, a atividade financeira do poder público está dividida entre as esferas federal, estadual e municipal, onde cada ente possui competências tanto para obter recursos quanto para promover gastos públicos no fornecimento de bens e serviços às populações. A essa repartição de competências podemos dar o nome de Federalismo Fiscal.

2.2 Federalismo fiscal

A palavra federal é originária do latim *foedus*, que significa pacto, união. De acordo com Matias-Pereira (2018, p. 40), “o federalismo é um sistema político que se opõe ao unitarismo buscando assegurar a autonomia dos Estados dentro de uma mesma

nação”. Para Saleme (2011), as características essenciais de uma federação são descentralização político-administrativa, indissolubilidade da União, soberania do Estado federal, autonomia dos estados-membros, necessidade de distribuição de competências por constituição rígida e impossibilidade de se abolir o federalismo ou mesmo de movimentos destinados a centralizar o Estado.

De acordo com Matias-Pereira (2018), dentro do sistema federalista, a soberania é de competência exclusiva da União, que gere assuntos de interesse geral; já aos Estados federados são asseguradas competências e autonomias pertinentes ao gerenciamento de assuntos locais e a eleição de seus governantes. Historicamente, essa divisão de poderes entre União e Estados federados tem evoluído no sentido de apresentar diferentes graus de descentralização político-administrativa (Matias-Pereira, 2018)

De acordo com Abrucio (2002), a opção pelo federalismo costuma se dar em razão de questões territoriais que tornam a governabilidade desafiadora e ensejando o uso de instrumentos especiais para gerir conflitos e construir o sistema político. Para Abrucio (2022), o sistema federalista surge em razão de heterogeneidades relacionadas a questões étnicas, religiosas, socioculturais, regionalismos além da complexidade territorial.

O primeiro país a adotar o federalismo como forma de organização do Estado foram os Estados Unidos em 1787. De acordo com Abrucio (2022), o conceito de Federação nasce com a experiência americana e envolvia originalmente uma proposta de formação de uma nação que compartilhasse poder entre o nível nacional e subnacional de forma que um não poderia se sobressair sobre outro.

Para Arretche (2015), as formas de Estado não podem nem concentrar excessiva autoridade no governo central provocando o risco de tirania da maioria e, conseqüentemente instabilidades políticas; nem excessivo poder às autoridades subnacionais paralisando os governos com base no veto da minoria, bem como aprofundando desigualdades quanto a serviços públicos prestados a cidadãos que vivem em localidades diferentes dentro uma mesma nação.

No Brasil, o federalismo surge formalmente com a promulgação da constituição republicana de 1891. Porém, tem suas raízes históricas desde os tempos imperiais quando se buscava garantir a unidade territorial nacional. Dessa forma, o governo imperial preservava o poder de regulação e concedia às elites provinciais a liberdade em gerenciar questões locais sustentando o pacto de dominação local (Lopreato, 2020).

De acordo com Abrucio (2022), no Brasil, o federalismo se deu de forma centrífuga (fuga do centro) ao contrário da experiência norte-americana, que se deu de forma centrípeta (fuga para o centro). Nesse sentido, o poder outrora concentrado no governo central passa a ser compartilhado com as oligarquias estaduais (Abrucio, 2022)

De acordo com Lopreato (2020), a evolução do federalismo brasileiro passa por três grandes etapas 1. (1891 a 1964); 2. (1964-1988) e 3. 1988 até hoje. Durante esse processo houve movimentos de maior centralização política e períodos de retomada do federalismo sob a forma de organização político-territorial do país (Abrucio, 2022). Não sendo, porém, o objetivo deste trabalho descrever cada período desse, vale dizer que a constituição de 1988 trouxe como inovação o reconhecimento dos municípios como entes federados dotados de autonomia administrativa, política e legislativa.

Um aspecto fundamental em uma federação é o federalismo fiscal. O federalismo fiscal envolve a competência dos entes de arrecadar e gastar em cada esfera de governo, as transferências intergovernamentais e o endividamento público (Soares e Machado, 2018). De acordo com Giambiagi e Além (2011, p. 313), o sistema tributário de repartição de receitas e execução de gastos brasileiros tem o papel de conservar “um dos maiores ativos do país – o tamanho de sua economia, associado à sua amplitude geográfica, caracterizada pelo uso de uma mesma língua”

Com diferentes níveis de governo é aceitável que os bens e serviços públicos devem ser ofertados e seus custos divididos entre os residentes que deles se beneficiam (Matias-Pereira, 2010). Através da descentralização fiscal – processo inerente ao federalismo fiscal - busca-se uma alocação de recursos mais eficiente, e uma maior integração social, através de um maior envolvimento dos cidadãos nas questões locais (Giambiagi e Além, 2011). Ainda de acordo com Giambiagi e Além (2011), há uma relação direta entre o tamanho da área territorial nacional e os ganhos de eficiência com a descentralização, uma vez que os governos subnacionais podem atender mais facilmente as demandas locais.

Há desigualdades regionais que afetam a capacidade de arrecadar dos entes federativos e, conseqüentemente, a possibilidade de as populações das mais diversas regiões do Brasil terem acesso a bens e serviços públicos de maneira uniforme. Para Matias-Pereira (2010), a existências dessas desigualdades impõe a necessidade de utilização de medidas compensatórias, como as transferências intergovernamentais. O desenho correto desse sistema é fundamental para reduzir as diferenças espaciais e interpessoais de renda (Matias-Pereira, 2010)

Em se tratando de Brasil, a questão da distribuição de receitas é controversa, uma vez que apesar da tentativa de se dar autonomia aos entes federados, a União acaba sendo centralizadora de recursos. Em 2022, por exemplo, a carga tributária atingiu 34% do PIB, sendo 22,8% referente ao nível federal, 8,6% estadual e 2,3% municipal (Poder 360, 2024). Vale dizer, no entanto, que após as transferências intergovernamentais, os municípios tendem a crescer em participação no bolo arrecadado, união e estados, tendem a perder. (Afonso, 2016)

Para Soares e Machado (2018), o arranjo de federalismo fiscal é bastante impactado pelas desigualdades regionais, tendo em vista que o desenvolvimento de políticas sociais depende, em grande medida, da centralização de recursos na União e dos critérios de distribuição desses recursos.

Ainda que a União seja centralizadora de recursos, a constituição de 88, de acordo com Matias-Pereira (2010), permitiu a estados e municípios um forte aumento da capacidade de arrecadação própria, corrigindo distorções da estrutura anterior e resgatando o princípio do federalismo fiscal. Aos municípios foi dado também maior autonomia. Para Matias-Pereira (2010), buscou-se com o advento da referida carta magna dirimir desigualdades regionais por meio da criação de fundos específicos para o financiamento de regiões menos desenvolvidas viabilizados por meio de recursos do IR e IPI.

2.2.1 Primeira e Segunda Geração do Federalismo Fiscal

De acordo com Vargas (2011), a Teoria Fiscal de Primeira Geração – TPG estabeleceu que a função alocativa do governo seria por excelência de competência dos governos subnacionais, cabendo as funções distributivas e de estabilização ao governo central. Para Oates (2005) governos descentralizados teriam eficácia limitada no controle da inflação e manutenção de níveis estáveis de emprego – função estabilizadora - uma vez que não possuem os instrumentos macroeconômicos necessários. Quanto a função distributiva, para Oates (2005), programas de transferências de renda locais poderiam provocar incentivos adversos dado a mobilidade das famílias fazendo com que houvesse migração de famílias ricas e imigração de famílias pobres anulando os efeitos desejados. Nesse sentido, a TPG delegou ao governo central o papel de estabelecimento de uma distribuição equitativa do rendimento, e estabilização macroeconômica (Oates, 2005)

Em relação a cobrança de impostos a TPG tinha como preocupação básica a cobrança descentralizada de impostos cujas bases tributárias são altamente móveis (Oates, 2005). De acordo com a TPG, os governos subnacionais (especialmente, os locais) devem se concentrar na cobrança de impostos relativos à propriedade e taxas de utilização. Os níveis mais centrais deveriam se concentrar na cobrança de impostos progressivos sobre o rendimento visando programas de redistribuição de renda (Oates, 2005). A TPG abordou ainda a questão da equalização fiscal tanto por razões de equidade como de eficiência. Dessa forma, caberia ao governo central de acordo com critérios de eficiência definir para os demais níveis, os encargos, as competências e as transferências tributárias (Oates, 2005).

De acordo com Vargas (2011), nos casos em que ocorressem economias de escala relevantes caberia ao governo central a oferta de bens públicos, nos casos em que as demandas fossem tipicamente locais e afeitas a preferências particulares a oferta seria melhor executada de forma descentralizada. Para Vargas (2011), o cerne do federalismo fiscal da TPG encontra-se no âmbito fiscal, na percepção das situações nas quais as funções e as competências seriam melhor executadas em nível descentralizado e na percepção das situações que requeiram a realização de transferências. Essa visão prevalece dos anos 50 a início dos 70 (Vargas, 2011).

As teorias do Federalismo Fiscal de Segunda Geração estão baseadas na Escolha Pública, com foco predominantemente político, onde tal visão fundamenta-se no agente individual, guiado pela racionalidade econômica e pelo comportamento maximizante (Vargas, 2011). De acordo com Vargas (2011), dentro da abordagem da Escolha Pública, as decisões tomadas quando submetidas ao crivo político garantiriam um maior controle da ação governo, o que traz a tona o conceito de *accountability*. O termo *accountability* está relacionado a um governo que presta contas de suas ações, gerando maior transparência e clareza quanto às políticas públicas adotadas. (Matias-Pereira, 2018)

De acordo com Oates (2005), ao contrário da TPG que pressupõe que os funcionários públicos – participantes do processo político - procuram o bem comum, a TSG – Teoria Fiscal de Segunda Geração - pressupõe que tanto eleitores como funcionários públicos procuram maximizar o próprio bem-estar nem sempre levando em conta o bem comum. Além disso, existem ainda os problemas de assimetria de informação entre participantes dos processos políticos.

De acordo com Weingast (2009), as abordagens da TPG e TSG são complementares e não concorrentes. Para Weingast (2009) a TSG, amplia os estudos sobre a descentralização fiscal ao focar nos incentivos dos responsáveis políticos, analisa incentivos fracos nos sistemas de transferências intergovernamentais aos funcionários públicos ressaltando a importância de geração de receitas pelo governo local, o que gera maior *accountability*, reduz a corrupção e aumenta incentivos para o fornecimento de bens públicos que melhorem o mercado.

Para Vargas (2011, p. 56), a Escolha Pública, fundamento da TSG, “reconstrói a concepção liberal de que o Estado não deve gastar mais do que arrecada e deve ser reduzido ao mínimo e ser estritamente controlado”. Essa visão passa a vigorar a partir dos anos 80 em contraposição ao Estado de bem-estar social e a visão mais keynesiana da Teoria Fiscal de Primeira Geração, que conferia um peso maior a atuação do governo central (Vargas, 2011).

A Teoria do Federalismo Fiscal de Segunda Geração está baseada na ideia de autonomia fiscal descentralizada, tanto de receitas como de despesas, com a oferta de bens e serviços públicos financiados por meio de arrecadação própria e na minimização do uso de transferências (Vargas, 2011). Para Weingast (2009, p. 12) “a geração de receitas locais torna os governos mais receptivos aos cidadãos, reduz a corrupção e aumenta os incentivos para fornecer bens públicos que melhorem o mercado”.

De acordo com Vargas (2011), a descentralização fiscal e o mercado político – espaço onde o eleitor/contribuinte revela suas preferências por meio do voto – contribuem para melhoria da eficiência da atuação pública subnacional, de diminuição do tamanho do Estado e concorrência entre os diferentes níveis de governo. Nesse sentido, o federalismo competitivo, protagonizado por entes governamentais de mesmo nível, minimizaria os problemas de eficiência pública.

Para Giambiagi e Além (2011), um problema que surge com o federalismo competitivo é chamada “guerra fiscal” entre os entes com intuito de atrair investimentos para suas localidades. Essa guerra de taxas mais atrativas pode ter como resultado um fornecimento insuficiente de serviços para a população. Quanto a objetivos de estabilização, a descentralização fiscal extrema pode vir a causar problemas de gerenciamento macroeconômico, uma vez que ficaria muito mais difíceis o controle fiscal e financeiro (Vargas, 2011).

Para Giambiagi e Além (2011), um maior grau de autonomia aos entes subnacionais pode prejudicar objetivos nacionais como por exemplo garantir que a

população em geral do país tenha acesso a serviços de saúde sofisticados como cirurgias no coração. Além disso, regiões com baixa capacidade fiscal tendem a oferecer bens e serviços públicos de forma deficiente provocando migrações internas indesejáveis, resultando em pressões políticas e sociais insustentáveis (Giambiagi e Além, 2011).

A partir de meados dos anos 90, o contexto mundial muda a partir de crises financeiras em países da América Latina e Leste Europeu, em meio a um processo concomitante de descentralização extrema e diminuição excessiva do Estado (Vargas, 2011).

Para Vargas (2011), A TPG traz como contribuição o fato de debruçar-sobre a distribuição de encargos e das receitas entre os níveis de governo central e subnacional, enquanto a TSG incorpora microfundamentos que envolvem o processo político na distribuição das competências e encargos. Ainda de acordo com Vargas (2011), desse debate entre centristas e descentralistas, derivou-se um consenso de que o processo de descentralização fiscal ainda que promova uma maior *accountability* deve vir acompanhando de um processo de coordenação. De acordo Weingast (2009), teóricos da TPG e SGF convergem ainda no sentido de que é necessário estabelecer restrições orçamentárias rígidas para todos os níveis de governo, em especial os locais, no sentido de reduzir os riscos ocasionados pelo descontrole financeiro.

2. 3. Federalismo Fiscal brasileiro

De acordo com Rezende (1995), com a constituição de 88, houve uma maior descentralização de receitas em favor de estados e municípios. Esse movimento por maior descentralização de receitas foi resultado de um período de maior centralização em que o país foi governado pelo regime militar.

Na visão de Rezende (1995), a forte tradição municipalista e as enormes disparidades regionais marcam o federalismo fiscal brasileiro. Um impacto importante dessa tradição municipalista é a relevante competência tributária outorgada aos municípios bem como o estabelecimento de transferências compensatórias semelhantes às que beneficiam os estados (Rezende, 1995).

As desigualdades regionais acabam por colocar em lados opostos estados mais desenvolvidos que pleiteiam por maior autonomia tributária e estados menos desenvolvidos que almejam maiores transferências compensatórias (Rezende, 1995).

No federalismo fiscal brasileiro, conforme Brasil (1988), União, Estado e Municípios possuem competência para tributar os seguintes impostos conforme Quadro 1:

Quadro 1 – Divisão da competência tributária por ente federativo

União	Estados	Municípios	
Imposto de Importação (II)	Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS)	Imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS)	
Imposto de Exportação (IE)			
Imposto de Renda (IR)			
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)			
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)			
Imposto sobre a propriedade territorial rural (ITR)			
Imposto sobre grandes fortunas (IGF)			
			Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA)
			ITCMD – Imposto sobre causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos.
		Imposto sobre propriedade predial e territorial urbana (IPTU)	
		Imposto transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis (ITBI).	

Fonte: Elaborado pelo autor

Além disso, tais entes possuem ainda como recursos tributários próprios, as taxas e as contribuições de melhoria. Tem-se ainda, previstos na constituição no seu artigo 157, mecanismo de repartição das receitas tributárias da União em favor dos Estados e Municípios e do Estados em favor dos Municípios. No Art. 159 estão previstos dois importantes fundos de transferências intergovernamentais, repartindo recurso da União para os demais entes: o Fundo de Participação dos Estados – FPE e o Fundo de Participação dos Municípios - FPM. Essas transferências tem como finalidade descentralizar recursos e reduzir desigualdades.

No que tange ao foco desta pesquisa, vale destacar o FPM. O FPM está previsto na Constituição Federal no art. 159, I, b e d. O FPM é uma transferência obrigatória de uso discricionário paga pela União a todos os municípios (Mendes *et al.*, 2008). Ainda de acordo com Mendes *et al.* (2008), o FPM é a principal de receita para 79% dos municípios brasileiros, é a segunda maior transferência entre municípios da federação e é distribuído principalmente em função da população municipal. O FPM é constituído por recursos oriundos do Imposto de Renda e Imposto sobre Produtos Industrializados, ambos de competência da União (Brasil, 1988).

O FPM visa corrigir o desequilíbrio fiscal entre aquilo que o município arrecada e suas despesas necessárias ao provimento de bens e serviços à população, o chamado

hiato fiscal (Mendes *et al.*, 2008). De acordo com Baião *et al.* (2017), entre a divisão de funções e competências tributárias na relação entre governo central e subnacionais ocorre um certo desajuste entre o que cada ente consegue arrecadar e os gastos necessários a execução de suas atividades.

O FPM tende a socorrer especialmente municípios com baixo dinamismo econômico e população de baixa renda (Mendes *et al.*, 2008). Os municípios possuem ainda outras importantes fontes de receitas municipais, além dos recursos próprios já mencionado no Quadro 1, como as transferências constitucionais, as legais, as do SUS e as TVU – Transferências Voluntárias da União (Soares e Melo, 2016).

Dentre transferências constitucionais, além do FPM já mencionado, pode-se citar o FUNDEB oriundo da União e tem destinação específica; e a quota-parte ICMS e a quota-parte IPVA, oriundos dos estados como parte daquilo que foi arrecadado em suas bases e é de uso discricionário. (Soares e Melo, 2016).

Quanto as legais, pode-se citar aquelas que são repassadas da União aos municípios e são reguladas por leis; as do SUS destinadas aos seus serviços; e por último, as TVU – Transferências Voluntárias da União conhecidas como discricionárias ou negociadas (Soares e Melo, 2016).

De acordo com Suzart *et al.* (2018), as transferências intergovernamentais podem ser divididas em obrigatórias e voluntárias. As obrigatórias são definidas em legislação, e, em geral, são fruto da repartição das receitas de determinados tributos arrecadados por um ente e distribuídos a outros entes; as voluntárias são efetuadas por meio de convênios e instrumentos similares (Suzart *et al.*, 2018). Na visão de Suzart *et al.* (2018), as transferências intergovernamentais obrigatórias, em muitos casos, visam à correção de desequilíbrios econômicos dos entes destinatários.

Essas transferências de recursos têm como objetivo promover uma maior igualdade entre os entes federativos, observar as desigualdades regionais e permitir que todos os estados e municípios tenham condições de prover serviços públicos essenciais à população, como saúde, educação e segurança.

Analisando a estrutura de financiamento das estruturas municipais vê-se que há um desequilíbrio no desenho do pacto federativo brasileiro. Boa parte dos municípios são altamente dependentes de transferências intergovernamentais. De acordo com Suzart *et al.* (2018), os municípios são os entes que mais recebem transferências dos Estados e da União.

O processo de descentralização inclui não somente a descentralização de competências tributárias como também de responsabilidades. Por outro lado, de acordo com Silva *et al.* (2018), a descentralização de recursos promovida no pacto federativo de 1988, não se refletiu em equilíbrios entre o ingresso de receitas e os deveres, concentrando recursos na União e sobrecarregando os municípios de responsabilidades. Para Moraes *et al.* (2016), os municípios ampliaram sua autonomia política e administrativa a partir da Constituição de 88, por outra lado ampliaram também seus deveres junto a população no que se refere a prestação de serviços públicos.

Em relação ao Brasil, na visão de Giambiagi e Além (2011), não houve um processo organizado de transferências de responsabilidades, resultado em expansão dos gastos em saúde e educação por parte de estados e municípios. Essa transferência “forçada” resultou em atendimento precário de determinados serviços além de superposição de responsabilidades.

Para Moraes *et al.* (2016), para que a descentralização oriunda do desenho de federalismo fiscal brasileiro surta efeito e hajam melhorias sociais nos municípios é preciso que os mesmos sejam dotados de recursos financeiros suficientes para custear seus encargos públicos. Dessa forma, no intuito de prover os municípios de recursos destinados ao fornecimento de bens e serviços à população local, há um maior deslocamento de recurso do centro (nível federal) para o periférico (municipal).

Fica nítido os desafios do federalismo fiscal brasileiros, se por um lado há a constatação de que existem tributos que seriam melhor arrecadados por uma administração centralizada, por outro lado, vê-se também a enorme dependência da maioria dos municípios de transferências intergovernamentais, o que os deixa muito vulneráveis a oscilações econômicas no cenário nacional. Nesse sentido, exige-se das administrações municipais um certo nível de conhecimento acerca da gestão de suas finanças.

A estrutura de arrecadação própria de cada município, por exemplo, ainda que guarde entre si características similares, pode diferir quanto ao esforço arrecadatório podendo adotar alíquotas diferentes ou mesmo não cobrar o tributo de forma efetiva. A capacidade de obter recursos, porém, está associada tanto a fatores socioeconômicos, como estrutura de transferências de recursos, características de organização municipal tanto pública quanto privada e do nível de esforço fiscal (Campelo, 2003).

De acordo com Moraes (2006), o esforço fiscal é a medida que capta o esforço realizado para se arrecadar toda a receita tributária disponível em sua base tributária.

Por outro lado, esse esforço para se arrecadar pode ser minimizado pelo fluxo de transferências intergovernamentais, uma vez que as transferências são custeadas por terceiros e o esforço fiscal exige ônus político de ser cobrar e fiscalizar. Na visão de Cossio (1996), o predomínio das transferências intergovernamentais na estrutura de financiamento de estados e municípios provoca irresponsabilidade fiscal.

De acordo com Massardi e Abrantes (2015), vários estudos tem identificado que as transferências intergovernamentais tendem influenciar negativamente o esforço fiscal dos municípios e conseqüentemente suas arrecadações. Para Rodrigues (2004), o aumento das transferências destinadas aos municípios não foi acompanhado de exigência de ações que estimulassem a arrecadação municipal. Por outro lado, para Giambiagi e Além (2011), o aumento das transferências federais e estaduais para os municípios não tem desestimulado seu esforço de arrecadação própria.

A eficiência tributária da administração local tende a melhorar também a gestão fiscal como um todo. De acordo com Giambiagi e Além (2011), governos subnacionais menos dependentes de transferências governamentais tendem a ser mais responsáveis com as contas públicas.

O esforço fiscal local e controle de despesas são fundamentais para que as transferências intergovernamentais não sejam indutoras de mais aumentos de gastos públicos do que aumento de receita própria, fenômeno conhecido como *flypaper effect* (Ribeiro, 2022).

Contudo, o esforço fiscal não é apenas uma questão de vontade ou não de arrecadar. De acordo com Bremaeker (1996), o porte demográfico, grau de urbanização e base econômica tendem a afetar o potencial arrecadatório. Municípios predominantemente agrícolas, por exemplo, podem apresentar baixo esforço fiscal devido a característica tipicamente urbana de tributos que compõe a receita tributária própria (IPTU e ISS) municipal (Rodrigues, 2004).

Em estudo realizado por Tristão (2003) envolvendo 4617 municípios brasileiros, foram encontradas 4 tipologias de municípios com base no comportamento tributário: municípios com bom desempenho arrecadatório com ênfase no IPTU possuem maior potencial turístico e concentram-se nos litorais sul e sudeste do Brasil; municípios com bom desempenho arrecadatório com ênfase no ISS localizam-se nos centros metropolitanos; municípios com fraco desempenho arrecadatório com grande dependência da Quota-Parte ICMS, localizam-se nos centros urbanos; e, por último,

municípios com desempenho arrecadatório muito fraco possuem grande dependência do FPM e caracterizam-se por serem municípios predominantemente rurais.

Nesse sentido, considerando que os principais tributos municipais são de base urbana; que municípios rurais tendem a ser altamente dependentes de FPM; que a região Norte possui o maior quantitativo de municípios classificados como rurais e rurais remotos (CNM, 2017); e é uma das regiões de menor renda per capita do país, fica evidenciado os desafios para uma arrecadação própria consistente, e menor dependência das transferências governamentais.

Além do chamado esforço fiscal temos a gestão fiscal que engloba a gestão do recurso orçamentário com um todo, a saber receitas e despesas. Nesse sentido, tanto o esforço fiscal ou de arrecadar bem como o volume oriundo de transferências intergovernamentais tem sido pressionado pelo aumento da demanda por maiores gastos públicos mesmo nas sociedades mais industrializadas.

Para Matias-Pereira (2021), o aumento da relação gasto público/PIB em todas as principais economias do mundo pode ser explicado pelo envelhecimento da população e maior da urbanização. Essa elevação do gasto público tem sido compensada pelo aumento de tributos e mais endividamento.

De acordo com Giambiagi e Além (2011) a lei de Wagner, ou lei dos dispêndios públicos crescentes, tem demonstrando que, como consequência do desenvolvimento das modernas sociedades industriais, estavam surgindo crescentes pressões por aumento do gasto público. Porém, do ponto da política anti-inflacionária, é necessário que esse aumento de gasto seja financiado com impostos e/ou com aumento apenas modesto da dívida. Nesse sentido, se houver aumento da relação dívida/PIB que seja com a economia em expansão (Giambiagi e Além, 2011).

O controle do déficit público exige medidas de correções tanto na parte da receita – com uma estrutura arrecadatória eficiente - quanto na parte dos gastos públicos cujo controle passa pelas mãos do parlamento (Matias-Pereira, 2010).

Em relação ao Brasil, surge a LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal na esteira de um histórico gestões públicas ineficientes e marcadas por aumentos recorrentes da dívida pública (Gonçalves *et al.*, 2022). Para Macedo (2009, p. 45), a LRF “emerge em um ambiente gerencial orientado pela eficiência e qualidade na prestação dos serviços públicos, aliado a um contexto da crise financeira do Estado brasileiro”.

A LRF é criada visando o estabelecimento de normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade da gestão fiscal (Brasil, 2000). De acordo com a

referida lei, a responsabilidade na gestão fiscal busca corrigir desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas e o faz mediante a exigência quanto ao cumprimento de metas, obediências a limites e condições no que tange a questões relacionadas a receitas e despesas públicas.

Para Gonçalves *et al.* (2022), as administrações municipais são a esfera de governo mais afetada pelos limites impostos pela LRF devido à escassez de receitas e, o alto grau de dependência de transferências intergovernamentais. Nessa esteira, a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) desenvolveu o Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF), de abrangência nacional e comparação anual, com o objetivo de estimular a cultura de aperfeiçoamento da gestão fiscal dos municípios, com melhorias das decisões dos gestores públicos quanto à alocação dos recursos.

IFGF foi criado para identificar a eficiência da gestão pública, sob os parâmetros impostos pela LRF (Gonçalves *et al.*, 2022). O IFGF além de auxiliar no aperfeiçoamento da gestão fiscal dos municípios, propõe maior transparência quanto ao destino dos tributos pagos (Romano e Mourão, 2016)

O IFGF é composto por quatro indicadores, que assumem o mesmo peso para o cálculo do índice geral, 25%: o IFGF Autonomia, IFGF Gastos com Pessoal, IFGF Liquidez e o IFGF Investimentos conforme abaixo:

Autonomia	Gastos com pessoal	Liquidez	Investimentos
Capacidade de financiar a estrutura administrativa	Grau de rigidez do orçamento	Cumprimento das obrigações financeiras	Capacidade de gerar bem-estar e competitividade
$\frac{\text{Receita Local - Estrut Admin}}{\text{Receita Corrente Líquida}}$	$\frac{\text{Gastos com Pessoal}}{\text{Receita Corrente Líquida}}$	$\frac{\text{Caixa - Restos a Pagar}}{\text{Receita Corrente Líquida}}$	$\frac{\text{Investimentos}}{\text{Receita Total}}$

Figura 1 – Indicadores do IFGF

Fonte: De IFGF – Anexo Metodológico – Firjan, 2021, p. 1.

O índice é inteiramente construído com base em resultados fiscais oficiais, declarados pelas próprias prefeituras (FIRJAN, 2021). Os resultados do índice variam entre 0 e 1, sendo que quanto mais próximo de 1 melhor a gestão fiscal do município. (FIRJAN, 2021). Ainda de acordo com FIRJAN (2021), resultados inferiores a 0,4 classifica-se como uma gestão crítica; entre 0,4 e 0,6, gestão em dificuldade; entre 0,6 e 0,8, boa gestão; e, por último, resultados acima de 0,8, gestão de excelência.

A eficiência na arrecadação própria, o FPM enquanto importante transferência para reduzir desigualdades regionais e a gestão fiscal responsável em uma visão mais ampla do gerenciamento das finanças públicas são importantes instrumentos para que os municípios possam ter uma atuação local efetiva, buscando atender aos anseios das populações, e, conseqüentemente, acabam por impactar no desenvolvimento socioeconômico local.

2.4 Gestão Fiscal, Esforço Fiscal, FPM e desenvolvimento socioeconômico

A análise do desenvolvimento socioeconômico vai além do conceito do PIB – Produto Interno Bruto -, um indicador bastante utilizado para medir a riqueza de uma nação. De acordo com Feijó *et al.* (2012), o PIB é um indicador que mensura a geração de riqueza de um país, e sua conseqüente capacidade de gerar empregos. Enquanto o crescimento econômico é medido basicamente em termos do PIB, o conceito de desenvolvimento econômico é mais qualitativo. De acordo com Vasconcellos (2002), o desenvolvimento econômico é medido em termos de indicadores do bem-estar econômico e social, tais como: pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, nutrição e moradia.

De acordo com Leroy *et al.* (2017), a abordagem social quando da análise do desenvolvimento econômico de uma região surge como uma via de complementação à visão neoclássica de crescimento, que dava ênfase exclusiva a área econômica. Nesse sentido, a análise do desenvolvimento socioeconômico é multidimensional e não pode estar focada exclusivamente na renda individual. No mesmo nível de renda, por exemplo, o acesso diferenciado a serviços públicos, por exemplo, pode mudar as condições de vida das populações mais pobres (Rosado *et al.*, 2009).

De acordo com Feijó *et al.* (2012), com o tempo, constatou-se que a denominação desenvolvimento econômico e social seria um termo mais adequado para caracterizar o progresso social dos indivíduos. Atualmente há um certo consenso entre os principais atores públicos da sociedade de que desenvolvimento engloba variáveis econômicas, sociais e de sustentabilidade do meio ambiente (Feijó *et al.*, 2012; Leite, 2015).

Para Sen (1993), a prosperidade econômica de uma nação não se traduz necessariamente no enriquecimento de vida das pessoas, haja visto que, países com altos níveis de PIB per capita podem apresentar baixos níveis nas condições de vida da

população, como elevada mortalidade prematura, alto nível morbidade evitável, alta taxa de analfabetismo e assim por diante (Feijó *et al.*, 2012)

O desenvolvimento socioeconômico implica em aumento dos níveis de educação, saúde e competência técnica dos trabalhadores, que por sua vez tendem a migrar para setores com salários mais elevados (Carvalho *et al.*, 2017). De acordo com Oliveira (2002), há desenvolvimento quando o crescimento econômico gera transformações que satisfazem as necessidades sociais humanas (Oliveira, 2002).

Dessa forma, o crescimento econômico, ou crescimento da riqueza gerada, para ser entendido como desenvolvimento socioeconômico precisa ser traduzido em melhoria da qualidade de vida da população. Estruturas econômicas inadequadas podem resultar em elevadas concentrações de renda e baixos níveis de condições de vida como se vê em regiões subdesenvolvidas. A cada dia mais, a preocupação com o desenvolvimento econômico vai além do presente e se preocupa também com as gerações futuras (Oliveira, 2002).

De acordo com Rosado *et al.* (2009), situações vividas nas décadas de 80 e 90 no Brasil, de falta de investimentos em infraestrutura social provocando uma demanda reprimida por esse tipo de serviço, mostra que compreender o fenômeno do desenvolvimento apenas sob o ponto de vista do crescimento da renda individual é insuficiente (Rosado *et al.*, 2009).

O desenvolvimento pode ainda ocorrer de forma desigual Bresser-Pereira (2006). O Brasil apesar de figurar entre umas das maiores economias do mundo, apresenta destacada segregação social (Pinto *et al.*, 2013).

Uma das grandes contradições que existem é a coexistência de economias altamente desenvolvidas em meio a localidades que concentram pobreza tanto entre países quanto entre regiões de um mesmo país, o que revela grandes desigualdades em termos de bem-estar e podem gerar tensões políticas e sociais (Paes *et al.*, 2008). No que diz respeito aos estados brasileiros, observa-se que mesmo após cinco décadas de políticas voltadas para o desenvolvimento regional e redução das desigualdades, a desigualdade de renda ainda persiste (Paes *et al.*, 2008).

Essa situação agrava-se pela incapacidade dos entes subnacionais mais pobres de melhorar sua infraestrutura, por meio de suas arrecadações tributária próprias, dependendo em grande medida de transferências intergovernamentais sujeitas a oscilações econômicas (Paes *et al.*, 2008). Além disso, outra característica dos estados

mais pobres é o baixo nível educacional e acesso precário a serviços de saúde (Paes *et al.*, 2008).

Para Oliveira (2002, p. 47), “para auxiliar a monitorar a eficiência das políticas adotadas para atingir o tão sonhado desenvolvimento, é imprescindível a existência de um amplo quadro de indicadores de qualidade de vida e desenvolvimento humano”. De acordo com Januzzi (2002) e Figueiredo Filho (2013), os indicadores sociais não somente enriquecem a interpretação empírica da realidade social, mas direcionam o processo de formulação e implementação de políticas sociais. Para Paiva *et al.* (2022), os indicadores socioeconômicos são instrumentos que iluminam e quantificam uma dimensão da realidade social que precisa ser analisada e definida.

De acordo com Figueiredo Filho (2013), a evolução e uso de indicadores cresce concomitantemente ao desenvolvimento das atividades de planejamento do setor público ao longo do século XX, e uma de suas funções primordiais é descrever a realidade a partir de dados objetivos e comparáveis com base em critérios vistos como socialmente relevantes.

Ainda que a construção de indicadores sociais seja importante para se avaliar o desenvolvimento socioeconômico das sociedades, a medida para mensurar esse índice não é tão consensual. De acordo com Feijó *et al.* (2012) não há consenso sobre um indicador de desenvolvimento que seja amplamente aceito como é o caso do PIB, em razão de divergências conceituais, dificuldades de mensuração e falta de dados estatísticos apropriados.

Por mais que se tente, por meio dos indicadores sociais, captar a realidade vivida por determinada população, não há indicador socioeconômico que seja capaz de fazê-lo na sua totalidade (Paiva *et al.*, 2022). Ainda assim, de acordo com Silveira *et al.* (2012), existem alternativas para que se possa mensurar o desempenho econômico e social de uma região

Desde a década de 60 tem surgido muitas iniciativas de construção de indicadores sociais buscando retratar através de medidas-síntese a realidade sociais de determinadas geografias. Nesse sentido, sugeriram indicadores como o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano como uma tentativa de comparar o desenvolvimento socioeconômico entre países. Posteriormente o IDH-M, servindo como um indicador municipal, porém decenal, o que acaba por fragilizar em certa medida mudanças na dinâmica em períodos mais curtos. De acordo com Jannuzzi (2005), a mudança social

como efeito decorrente de políticas públicas é mais bem avaliada quando os índices são levantados com certa regularidade.

Mais recentemente veio a tona o Índice Firjan de Desenvolvimento Humano, um índice publicado anualmente, tendo sua última publicação em 2018, mas referente ao ano base 2016. Dessa forma, para os objetivos desta pesquisa que compreende o período 2015 a 2019, buscou-se construir um indicador social, ainda que limitado a região norte do Brasil, mas que servisse de base para o período retratado na pesquisa.

Na visão de Massardi e Abrantes (2015), o Estado é o principal condutor da redução das desigualdades sociais e regionais por meio de planejamento de médio e longo prazo. O Estado brasileiro, por meio de seus entes públicos realiza diversas políticas públicas como por exemplo, nas áreas da saúde, educação, saneamento básico, segurança pública, habitação e outras. Essas políticas, ainda que se possa tecer críticas quando a sua eficiência, eficácia e efetividade, tem surtido efeitos positivos.

Em 1940, por exemplo, a taxa de analfabetismo no Brasil alcançava mais da metade da população, já em 2022 o percentual da população alfabetizada atingiu 93% (Agência IBGE, 2024). Em 2023, o Brasil registrou a menor taxa de mortalidade infantil e fetal por causas evitáveis dos últimos 28 anos, o que contribuiu sensivelmente para o crescimento da população que aumentou quatro vezes nos últimos 60 anos (Brasil, 2024).

Nesse sentido, observa-se que, a despeito das críticas relacionadas a alta carga tributária no Brasil comparativamente a de países desenvolvidos e baixa qualidade dos serviços públicos (Massardi e Abrantes, 2015) e a elevada desigualdade social que ainda persiste no país, vê-se que alguns avanços sociais importantes têm chegado a grande parcela da população pelo menos nas últimas décadas.

Esses avanços sociais, por sua vez, deram-se em grande medida devido a uma descentralização fiscal, que em 1988 dotou os Estados e Municípios de maior autonomia política, legislativa e financeira (Massardi e Abrantes, 2015). O município, devido a sua proximidade com a população local, é o ente subnacional com maior capacidade para encontrar soluções mais eficientes para os problemas municipais (Louzano *et al.*, 2019).

Por outro lado, a história do Brasil nos revela que a má gestão dos recursos públicos com aumento do endividamento pode trazer sérias crises, como inflação elevada e juros altos, o que, por sua vez, compromete os investimentos públicos e privados e o equilíbrio fiscal.

Dessa forma, compreender a influência das relações entre indicadores representativos das finanças públicas municipais que são fruto da intervenção estatal nas atividades econômicas e sociais; e indicadores de desenvolvimento socioeconômico é fundamental para o planejamento de políticas públicas que possam garantir uma melhor qualidade de vida às pessoas. Dessa forma, este trabalho apresenta então três hipóteses de pesquisa:

H1: municípios com melhores níveis de gestão fiscal, possuem melhores níveis de desenvolvimento socioeconômico.

H2: municípios com melhores níveis de esforço fiscal, possuem melhores níveis de desenvolvimento socioeconômico.

H3: municípios com maiores volumes de FPM, possuem melhores níveis de desenvolvimento socioeconômico.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para operacionalizar e atender aos objetivos da pesquisa foram levantados dados abrangendo o período de 2015 a 2019 junto a diversos institutos de acordo com as etapas da pesquisa. Para construção do ICV foram levantados dados junto ao DATASUS; INEP – Instituto nacional de Pesquisas Educacionais; IPEA – Instituto de Pesquisa Econômico Aplicada; Ministério do Trabalho e Emprego; Ministério do Desenvolvimento Regional; e Portal da Transparência da União. Após coleta e tratamento desses dados foi realizada análise fatorial para obtenção do ICV. Posteriormente, foi realizada uma análise socioeconômica dos municípios da região Norte do Brasil com base no ICV através de estatística descritiva.

Com o intuito de avaliar o efeito da gestão fiscal sobre o nível de desenvolvimento socioeconômico, por meio de um modelo de regressão, foram levantados dados de IFGF junto a Federação das Indústrias do Rio Janeiro. Dentro do modelo de regressão foi avaliado ainda o efeito de algumas variáveis de controle sob o nível de desenvolvimento socioeconômico local. Dessa forma, foram coletados dados junto à Secretaria do Tesouro Nacional, através da série Finanças do Brasil (FINBRA), ao DATASUS, ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e IPEA. A partir dessa base, examinou-se o efeito da relação do PIB per capita, FPM per capita, Esforço fiscal, e Densidade Demográfica sobre o ICV.

Investigou-se também o efeito dos arranjos político-partidários sobre o nível de desenvolvimento socioeconômico local por meio da relação entre variáveis dummy de cunho político e o ICV. Dessa forma, buscou-se examinar se o fato de o partido do prefeito ser do mesmo partido do governador ou do presidente ou estar em suas coligações traz efeitos sobre o desenvolvimento socioeconômico local. Para tal, foram coletados dados junto ao TSE – Tribunal Superior Eleitoral de forma que se obteve dados referentes às eleições municipais, estaduais e federais dentro período abrangido pela pesquisa.

Em relação às variáveis dummy no que diz respeito a avaliação do efeito das relações político-partidárias sobre o nível de desenvolvimento socioeconômico local, quando da estimação do modelo de regressão, utilizou-se valor 1 quando o partido do prefeito era o mesmo do presidente ou do governador e 0 em caso contrário. No que diz respeito às relações do partido do prefeito com as coligações de governadores e

presidentes, utilizou-se o valor 1 quando o partido do prefeito compunha a coligação do governador ou presidente, e 0 caso contrário.

O Quadro 2 apresenta, de maneira sumarizada, a vinculação dos procedimentos metodológicos aos objetivos específicos.

Quadro 2 - Delineamento metodológico

Objetivo geral	Obj. específicos	Téc. de Análise
Mensurar a influência da gestão fiscal no nível de desenvolvimento socioeconômico dos municípios da Região Norte do Brasil.	Criar um índice de desenvolvimento socioeconômico para os municípios da região Norte do Brasil	Análise Fatorial
	Analisar o nível de desenvolvimento socioeconômico local	Estatística Descritiva
	Analisar a relação entre índice de desenvolvimento socioeconômico e gestão fiscal dos municípios da Região Norte do Brasil	Análise de Regressão

Fonte: Elaborado pelo autor

3.1 Análise fatorial

Foi realizada análise fatorial a fim de construir uma medida que representasse as condições de vida da população da Região Norte do Brasil para o período 2015 a 2019, conforme citado anteriormente. Esse período não era alcançado por indicadores bastante conhecidos como o IFDM e o IDH-M. Através da análise fatorial, é possível resumir a informação pertencente à diversas variáveis originais em um conjunto menor de fatores comuns característicos dessas variáveis (Hair Jr *et al.*, 2009).

De acordo com Pestana e Gageiro (2003), essa simplificação dos dados em fatores, alcançada por meio de um conjunto de técnicas estatísticas, expressam o que existe de comum entre as variáveis originais, está latente e não é diretamente mensurado.

Do ponto de vista estatístico foi preciso atestar a qualidade das correlações entre as variáveis. O teste KMO e o teste de Barlett são dois procedimentos estatísticos que atendem a esse propósito. De acordo com Pestana e Gageiro (2003, p. 505), “o teste Kaiser-Meyer-Okin (KMO) é uma estatística que varia entre 0 e 1, e compara as correlações de ordem zero com as correlações parciais observadas entre as variáveis”. O KMO varia entre 0 e 1, onde o coeficiente mais perto de 1 indica uma correlação mais forte entre as variáveis; e mais perto de 0, mais fraca. Valores de KMO abaixo de 0,5 devem ser rejeitados (Marôco, 2011; Hair Jr *et al.*, 2009).

O teste de esfericidade de Barlett é utilizado para se verificar a adequação da amostra. Uma análise fatorial adequada implica que fatores latentes explicam grande parte da associação entre variáveis e que os resíduos estão pouco associados entre si (ROSADO *et al.*, 2009). Dessa forma, um teste de Barlett estatisticamente significativo (sign. <0,05) indica que existem correlações suficientes entre as variáveis (Marôco, 2011; Hair Jr *et al.*, 2009).

Utilizou-se o método de extração dos componentes principais para se extrair os fatores que representassem a estrutura de análise das variáveis. De acordo com Hair Jr *et al.*, (2009, p. 112) esse método é utilizado “quando o objetivo é resumir a maior parte da informação original (variância) a um número mínimo de fatores para fins de previsão”.

O método dos componentes principais agrupa em fatores as variáveis mais correlacionadas entre si (Rosado *et al.*, 2009). De acordo com Rosado *et al.* (2009, p. 298), “poucos fatores são suficientes para explicar a alta proporção da variância total dos dados, de modo que a análise se restringe a esses primeiros fatores”.

Um outro aspecto importante na análise fatorial é a comunalidade. De acordo com Hair *et al.*, (2009, p. 112) “a comunalidade de uma variável é a estimativa de sua variância compartilhada entre as variáveis como representadas pelos fatores obtidos”. Para Rosado *et al.*, (2009). os fatores extraídos pelo método dos componentes principais maximizam a contribuição para a comunalidade.

Após a obtenção dos fatores e dos escores fatoriais, construiu-se o ICV – Índice de Condições de Vida. Foram selecionadas a priori 27 variáveis representativas das dimensões Saúde, Educação, Segurança, Emprego e Renda e Habitação. Dessas 27, 18 não se mostraram estatisticamente viáveis para construção do índice.

Não se mostraram estatisticamente significativas para construção do índice na dimensão Saúde: Taxa de Cobertura Vacinal; Taxa de Mortalidade Infantil, Taxa de

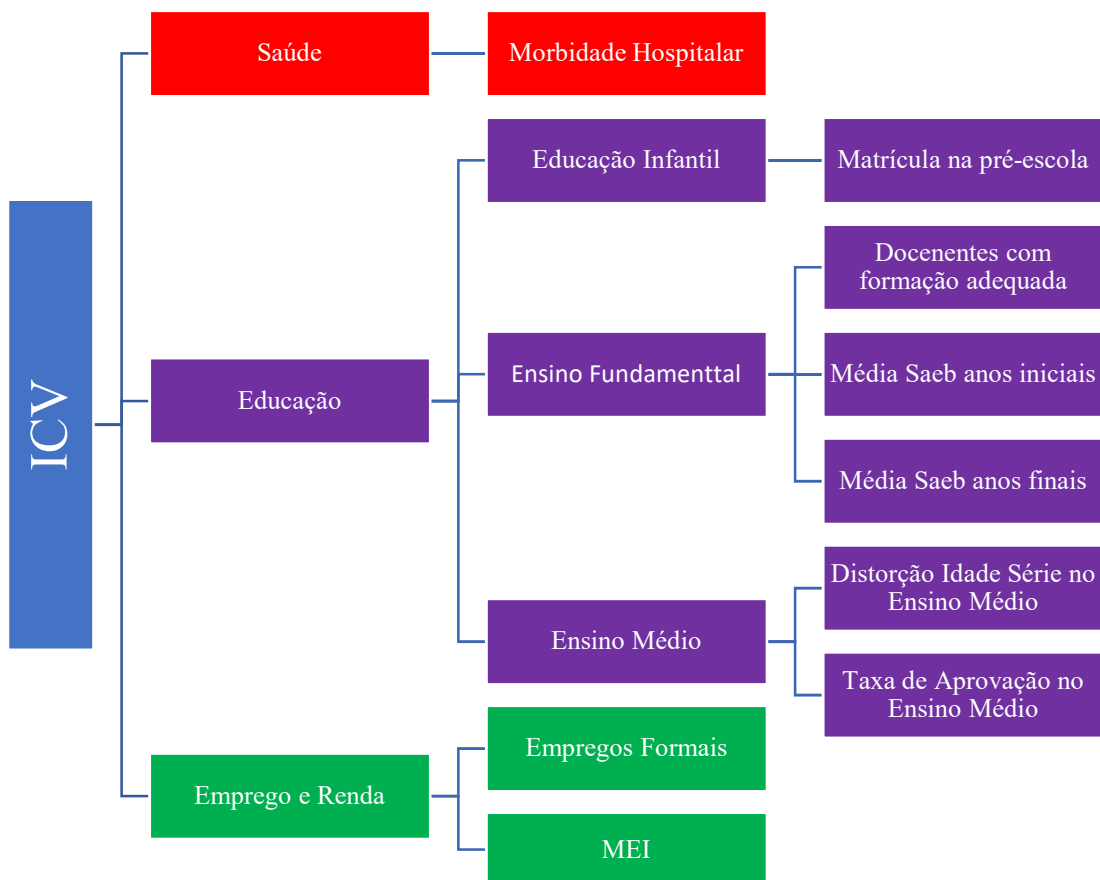
Mortalidade Materna, Taxa de Mortalidade de Idoso, Taxa de Mortalidade de Jovens, Infraestrutura Hospitalar e Taxa de Mortalidade Fetal; na dimensão Educação: Taxa de Docentes com formação adequada – Ensino Médio e Taxa de Matrículas na Creches; na dimensão Segurança: Taxa de Crimes contra a Vida, Taxa de Violência no Trânsito, Taxa de Crimes Sexuais; na dimensão Emprego e Renda: Remuneração média, Taxa de pessoas cadastrada no Cadastro Único, Taxa de Beneficiários do Bolsa Família; na dimensão Habitação: Taxa de População atendida com Água, Taxa de População atendida com Esgotamento Sanitário e Taxa de População atendida com Resíduos Sólidos.

Por outro lado, outras 9 variáveis se mostraram estatisticamente adequadas à construção do ICV, após análise fatorial, conforme Quadro 3:

Quadro 3 - Variáveis coletadas e utilizadas na construção do ICV

Dimensão	Indicador	Característica	Fonte
Saúde	Morbidade Hospitalar	Internações em hospitais por causas diversas.	DATASUS
Educação	Matrículas na Pré-Escola	Alunos matrículas na pré-escola entre 4 e 5 anos	INEP
	Docentes com formação adequada – Ensino Fundamental	Formação de Docentes adequada a disciplina que leciona no Ensino Fundamental	INEP
	Taxa de Aprovação Ensino Médio	Percentual de Aprovação no Ensino Médio	INEP
	Distorção Idade-Série Ensino Médio	Diz respeito a proporção de alunos com mais de 2 anos de atraso escolar	INEP
	Média Saeb anos iniciais	Médias das notas de Português e Matemática do exame aplicado para avaliar a qualidade do ensino	INEP
	Média Saeb anos finais	Médias das notas de Português e Matemática do exame aplicado para avaliar a qualidade do ensino	INEP
Emprego e Renda	Empregos Formais	Empregos com carteira assinada	MTE (RAIS)
	Quantitativos de MEI	Número de microempreendedores MEI com registro ativo	Portal da Transparência

Fonte: Elaborado pelo autor



Através do organograma abaixo é possível compreender a estrutura do ICV:

Figura 2 - Organograma do ICV

Fonte: Elaborado pelo autor

3.2. Análise de Regressão

De acordo com Gujarati e Porter (2011), a análise de regressão diz respeito a uma relação de dependência de uma variável, dita dependente ou explicada, em relação a uma ou mais variáveis, dita independentes ou explicativas. Nesse sentido, para Hair Jr *et al.* (2009, p. 154), “o objetivo da análise de regressão é prever uma única variável dependente a partir do conhecimento de uma ou mais variáveis independentes”, sem que necessariamente ocorra uma relação de causa e feito (Fávero, 2015).

Nos casos em que se tem uma única variável independente temos uma regressão simples, e, em outros casos quando se tem mais de uma variável independente temos uma regressão múltipla (Marôco, 2011; Hair Jr *et al.*, 2009). Nesta pesquisa utilizou-se o modelo de regressão múltipla, no intuito de aumentar o número de variáveis dentro da temática suscitada na pesquisa que pudesse ajudar a explicar o ICV calculado. A inserção de mais variáveis explicativas depende do pressuposto teórico e de estudos prévios, bem como da experiência e critérios do pesquisador (Fávero, 2015). De acordo com Hair Jr *et al.* (2009), cabe ao pesquisador ampliar o modelo de regressão simples de modo que construa um modelo preditivo que tenha maior poder explicativo.

Quando se deseja saber como a variável dependente se comporta em função de variáveis explicativas qualitativas, faz-se uso de variáveis *dummy* ou binárias, que assumem valores iguais a 0 ou 1 (Fávero, 2015).

Três tipos de dados podem ser utilizados em uma análise de regressão: dados de séries temporais, de corte transversal e combinados, ou seja, uma combinação dos dois anteriores (Guajarati e Porter, 2011). Esta pesquisa foi baseada em um modelo de regressão de dados em painel que é um tipo especial de dados combinados (Guajarati e Porter, 2011)

Os modelos de regressão de dados em painel são muito úteis quando se deseja estudar o comportamento de determinado fenômeno que se altera individualmente, e, simultaneamente, ao longo do tempo (Fávero, 2015). De acordo com Marques (2000, p.1) “os dados em painel providenciam uma maior quantidade de informação, maior variabilidade dos dados, menor colineariedade entre as variáveis, maior número de graus de liberdade e maior eficiência na estimação”.

Quando da construção do modelo de regressão é importante que se verifique a significância estatística geral do modelo, o que se faz através do uso do teste F (Fávero, 2015). É preciso ainda que se avalie se cada um dos parâmetros do modelo de regressão é estatisticamente diferente de zero, para que a respectiva variável seja incluída no modelo, o que se faz através do teste t (Fávero, 2015).

De acordo com (Fávero, 2015), um modelo de regressão linear pode ser descrito da seguinte forma:

$$Y = a_0 + b_1 \cdot X_{1i} + b_2 \cdot X_{2i} + \dots b_k \cdot X_{ki} + u_i \quad (1)$$

em que Y representa o fenômeno em estudo, α representa o intercepto, b_j ($j = 1, 2, \dots, k$) são os coeficientes de cada variável (coeficientes angulares), X_j são as variáveis explicativas (métricas ou dummy) e u é o termo de erro. Os subscritos i representam cada uma das observações da amostra em análise (Fávoro, 2015)

A inclusão do termo erro justifica-se pelo fato de que dificilmente o fenômeno em estudo será representado por todas as variáveis que influenciam no modelo (Fávoro, 2015). De acordo com Guajarati e Porter (2011), algumas razões influenciam a inclusão do termo de erro tais como: uma teoria ainda incompleta, indisponibilidade de dados, a baixa influência no modelo de determinada variável, o caráter intrinsecamente aleatório do comportamento humano, variáveis proxy pouco adequadas e o desconhecimento quanto a forma de funcionamento entre a variável explicada e a explicativa.

O intercepto nos dá o valor de Y quando as variáveis explicativas forem iguais a zero (Guajarati e Porter, 2011). De acordo com Guajarati e Porter (2011), a equação (1) nos dá o esperado ou média de Y condicional aos valores dados ou fixados de X_1 até X_k . A contribuição relativa de cada variável independente dentro da equação de regressão é dada pelo seu peso ou coeficiente (Marôco, 2011; Hair Jr *et al.*, 2009). O intercepto ou a constante representa o valor da variável dependente quando as variáveis independentes forem nulas (Marôco, 2011; Hair Jr *et al.*, 2009). Guajarati e Porter (2011), retratam 4 modelos de regressões lineares de dados em painel: MQO com dados empilhados (*pooled data*); Modelos de mínimos quadrados com variáveis *dummy* para efeitos fixos; Modelos de efeitos fixos dentro de um grupo; e modelos de efeitos aleatórios.

Foram utilizados testes estatísticos para a escolha do modelo mais apropriado para a amostra. O teste F de Chow orienta a escolha entre o modelo de efeitos fixos e o modelo de dados empilhados. Através do teste de Hausman verifica-se a escolha entre o modelo de efeitos fixos e modelo de efeitos aleatórios. Por último, o teste de Breush e Pagan é utilizado para verificar a escolha entre o modelo de efeitos aleatórios e de dados empilhados. Após a identificação de que o modelo de efeitos fixos era o mais adequado, foi investigada ausência de autocorrelação, pelo teste de Wooldridge, ausência de homocedasticidade pelo teste de Wald e ausência de endogeneidade através do teste de Durbin-Wu-Hausman. Esses elementos foram corrigidos com erros padrões robustos.

Foi utilizado logaritmo natural para as variáveis, considerando a magnitude dos valores financeiros para cada indivíduo. Tal estratégia tem por finalidade reduzir essa magnitude com vista a estimar a regressão. Além disso, os valores relativos ao cálculo

para se chegar ao nível de Esforço Fiscal, PIB capita e FPM per capita foram deflacionados para o ano de 2019, a fim de equalizar as contas.

Nesta pesquisa tem-se o ICV como variável explicada, e como variáveis explicativas, o IFGF, o FPM per capita, o índice de Esforço Fiscal, a Densidade Demográfica, e as variáveis *dummy* que representam os efeitos para o desenvolvimento socioeconômico local das relações político-partidárias entre o prefeito e o governador, o prefeito e o presidente não somente do ponto de vista partidário, mas também em termos de coligações partidárias. O Quadro 5 abaixo expõe as características das variáveis utilizadas no modelo:

Quadro 4 – Variáveis do modelo de regressão

Tipo de Variável	Categorias	Indicador	Código	Descrição
Variável explicada	Desenvolvimento socioeconômico	Índice de Condições de Vida	ICV	Índice baseado em indicadores de Saúde, Educação, Emprego e Renda.
Variáveis explicativas	Variáveis econômico-fiscais	Índice Firjan de gestão Fiscal	IFGF	Índice que mede a qualidade da gestão fiscal
		Esforço fiscal	EFiscal	(Arrecadação tributária própria/Receitas Correntes) x 100
		FPM per capita	LnFPM	FPM/População do município
		PIB per capita	LnPIB	Produto Interno Bruto/População do município
	Variável demográfica	Densidade Demográfica	DenDemo	População do município/Território do município
	Variáveis Dummy	Ppres	Ppres	Partido do prefeito é o mesmo do presidente
		PGov	PGov	Partido do prefeito é o mesmo do governador
		PPcoligpres	PPcoligpres	Partido o prefeito está na base da coligação do presidente
PPcoliggov		PPcoliggov	Partido do prefeito está na base da coligação do governador	

Fonte: elaborado pelo autor

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A região Norte do Brasil, ainda que figure entre as mais pobres é a maior em extensão territorial correspondendo a 42,27% do território brasileiro, possui a maior biodiversidade do planeta, é dona da maior bacia hidrográfica das Américas e possui o maior rio do mundo, o Rio Amazonas (Brasil, 2024). A região possui também importantes recursos minerais como jazidas de ferro, manganês, bauxita, cassiterita e alguns outros materiais e pedras preciosas (Brasil, 2022).

Além dos ribeirinhos – população que se concentra nas margens dos rios – a região é habitada por comunidades indígenas, caboclas, extrativistas e negras, remanescentes de quilombos, e das populações urbanas (Brasil, 2024). É também a que possui menor concentração populacional (Brasil, 2024). A região Norte do Brasil é formada pelos estados do Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. A região tem uma participação em torno de 5,5% no PIB Nacional, tendo a Administração Pública seu maior componente em termos de PIB, em torno em 25,9% superior à média nacional de 17,9% (Claudio Considera, 2021).

Entre os estados da região Norte, Amazonas e Pará tem a maior participação no PIB brasileiro, 1,4% e 2,3%, seguidos por Rondônia e Tocantins, com 0,6 e 0,5, respectivamente; e Acre, Roraima e Amapá com 0,2% cada (FGV, 2021). Rondônia, Pará e Tocantins destacam-se na agropecuária; Amazonas, Pará e Rondônia tem forte participação na produção florestal; o Pará destaca-se também pela atividade extrativista mineral e de eletricidade (Claudio Considera, 2021).

A indústria de transformação está fortemente presente na região por conta do Polo Industrial de Manaus (PIM) (Claudio Considera, 2021). Acre, Roraima e Amapá destacam-se na produção de serviços, mas devido à forte presença da Administração Pública que compõe a burocracia executiva, judiciário, legislativo, educação e saúde públicas; previdência social (Claudio Considera, 2021). Em grande parte dos municípios brasileiros a Administração Pública representa o maior componente do PIB (Claudio Considera, 2021)

Há muitos desafios a serem enfrentados pela população dessa região que juntamente com a região Nordeste compõe as duas regiões mais pobres do Brasil e onde os programas sociais de transferência de renda tem maior impacto (Brasil, 2023).

Foi a região do Brasil mais afetada pela fome em 2023 onde 7,7% dos lares vivenciaram ou lidaram com redução da qualidade e quantidade de comida em 2023, incluindo as crianças (Exame, 2024)

As riquezas naturais características da região Norte do Brasil contrastam com o nível de desenvolvimento socioeconômico local e apontam para necessidade de se ter políticas públicas voltadas para o seu uso sustentável dos recursos em benefício da população que habita a região.

4.1 ANÁLISE DO ÍNDICE DE CONDIÇÕES DE VIDA - ICV

4.1.1 Análise descritiva das variáveis que embasaram o ICV

Como já citado anteriormente o ICV foi calculado com base em 9 variáveis que se mostraram-se estaticamente viáveis e refletem dimensões relacionadas a Saúde, Educação, Emprego e Renda.

Destaca-se a partir da Tabela 1 que as variáveis estudadas, em geral, apresentam grande heterogeneidade conforme observado a partir da análise do Coeficiente de Variação - CV, o que nos revela um quadro de elevadas disparidades intrarregionais, e, conseqüentemente, a necessidade de se elaborar políticas públicas com a finalidade de melhorias das condições de vidas das populações afetadas.

Para análise do Coeficiente de Variação considera-se uma dispersão fraca quando o CV é menor ou igual a 15%; uma dispersão média quando o CV é maior que 15% e menor ou igual a 30%; e uma dispersão elevada quando o CV é maior que 30% (Pestana e Gageiro, 2003).

Apenas as variáveis Taxa de Aprovação no Ensino Médio, Média Saeb anos iniciais e Média Saeb anos finais mostraram-se mais homogêneas com Coeficientes de Variação entre 5% e 11%. As demais apresentaram Coeficientes de Variação acima de 30%. Na dimensão Emprego e Renda e Matrículas na Pré-Escola é onde verificou-se haver as maiores disparidades.

Em relação a evolução dos valores médios nos períodos entre 2015 e 2019, verifica-se uma evolução positiva para os indicadores da dimensão Educação – com exceção da variável Matrículas na Pré-Escola - e Emprego e Renda. Já em relação a variável Morbidade Hospitalar, verifica-se uma piora em termos de valor médio para a Região como um todo, o que significa uma piora para a dimensão Saúde.

Tabela 1 – Análise descritiva das variáveis que embasaram o ICV

VARÁVEIS	ESTATÍSTICA	2015	2016	2017	2018	2019
Morbidade hospitalar	Média	0,03	0,05	0,05	0,05	0,05
	Desv. Padrão	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02
	CV	67%	40%	40%	40%	40%
Distorção Idade-Série	Média	43,91	42,97	41,67	41,08	40,01
	Desv. Padrão	14,36	13,78	12,94	13,52	13,04
	CV	33%	32%	31%	33%	32%
Tx de Aprovação no Ensino Médio	Média	79,35	81,40	82,64	87,04	83,39
	Desv. Padrão	8,65	7,98	8,68	5,87	8,25
	CV	11%	10%	11%	7%	10%
Docentes com formação adequada Ens. Fundamental	Média	41,08	42,21	43,82	45,60	49,31
	Desv. Padrão	16,04	15,46	15,20	15,52	15,78
	CV	39%	37%	35%	34%	32%
Matrículas na Pré-Escola	Média	115,56	100,91	95,80	119,26	99,81
	Desv. Padrão	305,92	249,19	177,16	289,95	239,57
	CV	265%	247%	185%	243%	240%
Média Saeb anos iniciais	Média	188,93	188,86	193,86	193,75	192,63
	Desv. Padrão	15,20	15,15	17,23	17,30	16,70
	CV	8%	8%	9%	9%	9%
Média Saeb anos finais	Média	235,45	235,37	237,77	237,70	238,34
	Desv. Padrão	11,89	11,87	18,13	18,14	15,53
	CV	5%	5%	8%	8%	7%
Empregos formais	Média	12,59	134,53	105,35	56,81	82,74
	Desv. Padrão	8,83	1126,25	755,62	388,24	693,39
	CV	70%	837%	717%	683%	838%
MEI	Média	2,93	19,09	14,49	9,60	11,62
	Desv. Padrão	9,59	133,83	70,92	52,90	68,03
	CV	327%	701%	489%	551%	585%

Fonte: Elaborado pelo autor

4.1.2 – Teste de Barlett e KMO

Foram realizados os testes de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) e de esferecidade de Barlett que testa a matriz de correlações, para averiguar a qualidade das correlações entre as variáveis (Gageiro e Pestana, 2003). Conforme se vê na Tabela 2, a análise fatorial apresentou confiabilidade para o teste de KMO cujo resultado para os anos de 2015 a 2019 foram respectivamente, 0,720, 0,618, 0,650, 0,667 e 0,623 em uma escala que varia de 0 à 1.

Valores de KMO entre 0,6 e 0,7 são razoáveis Pestana e Gageiro (2003). De acordo com Hair *et al.* (2009), teste KMO abaixo de 0,5 são inadequados.

Tabela 2 – Testes preliminares à Análise Fatorial

TESTE	2015	2016	2017	2018	2019
KMO	0,720	0,618	0,650	0,667	0,623
Barllet	Sig ,000	Sig ,000	Sig ,000	Sig ,000	Sig ,000

Fonte: Elaborado pelo autor

O teste de esfericidade de Bartlett indicou que as variáveis escolhidas foram adequadas para a análise a um nível de 1% de significância. De acordo com Hair *et al.* (2009), um teste de esfericidade de Barllet estatisticamente significante (sign. < 0,05) indica que existem correlações suficientes para se continuar a análise.

4.1.3 – Análise das Comunalidades

De acordo com Hair *et al.* (2009), a comunalidade de uma variável é a estimativa de sua variância compartilhada entre as variáveis como representadas pelos fatores obtidos. A comunalidade aumenta na medida que uma variável é mais correlacionada com uma ou mais variáveis (Hair *et al.*, 2009). Em relação às comunalidades, o mínimo recomendável é 0,5 (Matos e Rodrigues, 2019).

Como se observa por meio da Tabela 3, as variáveis Empregos Formais, MEI, e Matrículas na Pré-Escola mostraram-se abaixo do mínimo aceitável nos anos de 2015, 2016 e 2017, respectivamente. Porém, tendo em vista que se mostraram em patamar elevado nos demais anos, permaneceram na base de dados para a proposta de construção do ICV que é de 5 anos.

Tabela 3 – Análise das Comunalidades de 2015 a 2019

Variáveis	2015	2016	2017	2018	2019
Morbidade hospitalar	0,676	0,664	0,694	0,863	0,686
Distorção Idade-Série	0,733	0,713	0,684	0,712	0,795
Tx de Aprovação Ensino médio Docente com formação adequada –	0,777	0,713	0,662	0,617	0,702
Ensino Fundamental	0,582	0,560	0,517	0,518	0,526
Matrículas na Pré-Escola	0,809	0,884	0,084	0,975	0,860
Média Saeb anos iniciais	0,730	0,748	0,739	0,756	0,798
Média Saeb anos finais	0,707	0,681	0,636	0,638	0,740
Empregos formais	0,323	0,990	0,990	0,986	0,988
MEI	0,717	0,099	0,991	0,986	0,990

Fonte: Elaborado pelo autor

4.1.4 – Análise dos fatores pelo método dos componentes principais

Na Tabela 4 tem-se os fatores obtidos de 2015 a 2019. Pode-se observar que em 2015 os fatores foram capazes de explicar 67,27% da variância total; em 2016, 77,16%; em 2017, 66,63%; em 2018, 78,33%; e em 2019, 78,73%. Hair *et al.* (2009), sugere o patamar de 60% como aceitável. Apenas fatores com raiz característica acima da unidade são analisados (Schlindwein *et al.*, 2014). Cada fator exposto na tabela agregou variáveis que possuem variações semelhantes, ou seja, variação em duas das variáveis ocasiona variação nas demais, proporcionalmente (Schlindwein *et al.*, 2014).

Tabela 4 – Fatores obtidos pelo método dos componentes principais

ANO	FATOR	Raiz Característica	Variância explicada %	VAR. ACUM %
2015	FATOR 1	3,20	35,58	35,58
	FATOR 2	1,62	18,00	53,59
	FATOR 3	1,23	13,68	67,27
2016	FATOR 1	2,74	30,44	30,44
	FATOR 2	2,00	22,22	52,66
	FATOR 3	1,18	13,13	65,78
	FATOR 4	1,02	11,38	77,16
2017	FATOR 1	2,91	32,38	32,38
	FATOR 2	1,98	21,98	54,35
	FATOR 3	1,11	12,28	66,63
2018	FATOR 1	3,06	33,94	33,94
	FATOR 2	1,91	21,19	55,13
	FATOR 3	1,08	11,98	67,11
	FATOR 4	1,01	11,23	78,33
2019	FATOR 1	2,86	31,80	31,80
	FATOR 2	2,00	22,24	54,04
	FATOR 3	1,22	13,57	67,61
	FATOR 4	1,00	11,13	78,73

Fonte: Elaborado pelo autor

4.2. Análise das condições socioeconômicas da Região Norte do Brasil de 2015 a 2019 com base no ICV

Como resultado da aplicação do modelo fatorial pelo método dos componentes principais chega-se ao ICV para os municípios da Região Norte do Brasil. O índice varia entre 0 e 1, ou seja, quanto mais próximo de 1, melhores as condições de vida e quanto mais próximo de 0, piores as condições de vida. Vale ressaltar que o ICV capta

apenas uma parte da dimensão social de vida da população conforme demonstrado na parte metodológica. A Tabela 5 apresenta um resumo estatístico para a região Norte com base no ICV:

Tabela 5 – Resumo Estatístico do ICV de 2015 a 2019

Medidas estatísticas	2015	2016	2017	2018	2019
Média	0,53	0,48	0,48	0,44	0,47
Desvio padrão	0,14	0,15	0,15	0,14	0,14
CV	27%	32%	32%	32%	30%
Curtose	-0,31	0,40	-0,27	0,26	-0,07
Assimetria	0,35	0,56	0,35	0,47	0,26
Mínimo	0,23	0,13	0,08	0,11	0,12
Máximo	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

Fonte: Elaborado pelo autor

Entre 2015 e 2019 observa-se que ICV médio varia de 0,53 para 0,47, uma queda de aproximadamente 11%. Por outro lado, após uma queda entre 2015 e 2018, verifica-se uma melhora do ICV no último período analisado.

Vale lembrar que esse foi um período em que o país atravessou grave crise econômica. De acordo com Marcel Balassiano (2020), o biênio 2014-2016 foi o pior biênio em crescimento econômico em 120 anos, seguido por um triênio de recuperação lenta e gradual. Nesse cenário a tendência é de que ocorra desemprego, queda da renda e dos investimentos públicos e privados, o que por sua vez, acaba por afetar as condições de vida da população em geral, em especial dos mais vulneráveis.

Verifica-se um aumento das disparidades intrarregionais a partir da análise do CV que sai 27% (dispersão média) em 2015, atinge o pico de 32% (alta dispersão) – entre 2016 e 2018 - e cai para 30% em 2019 voltando ao patamar de uma dispersão média.

Observa-se através da medida de Assimetria que se trata de uma distribuição assimétrica a direita, ou seja, há uma predominância de valores abaixo da média, o que revela que grande parte dos municípios se encontra distante dos padrões mais elevados de desenvolvimento.

Associando os resultados de Assimetria com os de Curtose – que ora se apresenta negativa, ora positiva – constata-se que ainda que os dados se concentrem predominantemente abaixo da média, em alguns anos, nos de curtose negativa, os dados estão menos concentrados ao redor da média, ocorrendo maior diversidade em relação

aos valores de ICV, o que pode tanto sugerir a ocorrência de valores de alto nível de desenvolvimento, como maiores disparidades intrarregionais.

A partir da análise do Mínimo, observa-se o surgimento de municípios com valores ainda menores em termos de níveis de condições de vida saindo de 0,23 em 2015, chegando a 0,08 em 2018, e por último, 0,12 em 2019, o que deve servir como um alerta os agentes públicos no sentido que municípios e quais mesorregiões estariam sendo mais afetadas.

4.2.1 Análise do ICV por estado de 2015 a 2019

Constata-se através da Tabela 6 que, entre 2015 e 2019, o ICV médio de todos os estados caiu. com uma ligeira recuperação entre 2018 e 2019. Rondônia é o estado com mais municípios em melhores condições socioeconômica, já o Amazonas, o pior. O ICV do Acre caiu aproximadamente 11%; Amazonas, 21%; Amapá, 18%; Pará, 2%; Rondônia, 12%; Roraima, 15%; e Tocantins, 8%.

Em termos de dispersão dos dados, verifica-se que no estado de Rondônia a dispersão encontra-se em patamar baixo, com exceção do ano de 2016, em que apresentou uma dispersão média. Rondônia é o estado onde as disparidades regionais em termos de níveis de condições de vida são menores, seguido pelo estado de Tocantins.

Tabela 6 – Análise do ICV por estado de 2015 a 2019

Ano	Estatística	AC	AM	AP	PA	RO	RR	TO
2015	Média	0,57	0,48	0,44	0,41	0,74	0,52	0,60
	Desv. Padrão	0,12	0,10	0,09	0,10	0,10	0,08	0,08
	CV	22%	20%	20%	23%	14%	16%	14%
2016	Média	0,48	0,36	0,33	0,46	0,68	0,43	0,49
	Desv. Padrão	0,15	0,12	0,10	0,13	0,13	0,10	0,13
	CV	31%	32%	30%	29%	19%	23%	25%
2017	Média	0,50	0,40	0,33	0,37	0,70	0,43	0,55
	Desv. Padrão	0,16	0,11	0,09	0,10	0,10	0,11	0,11
	CV	33%	26%	28%	26%	14%	26%	21%
2018	Média	0,46	0,36	0,32	0,36	0,64	0,40	0,49
	Desv. Padrão	0,14	0,10	0,08	0,10	0,11	0,10	0,10
	CV	31%	28%	26%	28%	17%	24%	20%
2019	Média	0,51	0,38	0,36	0,40	0,65	0,44	0,55
	Desv. Padrão	0,13	0,10	0,08	0,11	0,10	0,12	0,11
	CV	26%	27%	21%	27%	15%	27%	20%

Fonte: Elaborado pelo autor

4.2.2 – Análise do ICV da Região Norte do Brasil por níveis de desenvolvimento de 2015 a 2019

Para análise do ICV por níveis de desenvolvimento dos 450 municípios da Região Norte do Brasil, utilizou-se como base a literatura sobre indicadores de desenvolvimento, tomando como referência os intervalos do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) e o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico - IDS (Schlindwein *et al.*, 2014).

Desta forma, foram estabelecidas as seguintes classificações: 0 a 0,39 como baixo desenvolvimento; de 0,40 a 0,69 como médio desenvolvimento; e de 0,70 a 1 como alto desenvolvimento.

De acordo com a Tabela 7, verifica-se que, entre 2015 e 2019, a quantidade de municípios que entrou na faixa de baixo desenvolvimento aumentou 49%, a quantidade de municípios presentes na faixa médio desenvolvimento caiu 6% e na faixa de alto desenvolvimento caiu 46%. Uma demonstração evidente de piora das condições socioeconômicas da região no período analisado. Entre 2018 e 2019, constata-se uma melhoria das condições de vida em todas as faixas, porém, em 2019, último período analisado, constata-se que 31% dos municípios ou 138 em números absolutos, ainda se encontram em situação crítica.

Tabela 7 – Análise do ICV da Região Norte do Brasil por níveis de desenvolvimento de 2015 a 2019

Nível de desenvolvimento	2015		2016		2017		2018		2019	
	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%
baixo desenvolvimento	93	21	145	32	157	35	189	42	138	31
médio desenvolvimento	300	67	265	59	247	55	246	55	281	62
alto desenvolvimento	57	13	40	9	46	10	15	3	31	7
TOTAL	450	1	450	1	450	1	450	1	450	1

Fonte: Elaborado pelo autor

4.2.3 – Análise do ICV da Região Norte do Brasil por níveis de desenvolvimento de 2015 a 2019

Seguindo a análise das condições de vida das populações residentes nos municípios parte-se para uma análise por estado. A Tabela 8 nos mostra o percentual de municípios por níveis de desenvolvimento entre 2015 e 2019.

Observa-se, entre 2015 e 2019, um aumento no número de municípios que se encontram no nível de baixo desenvolvimento, com exceção dos estados do Pará e Rondônia. Por outro lado, ao contrário de Rondônia que não tem nenhum município nessa condição, o Pará apresenta, em 2019, 52% dos municípios na condição de baixo desenvolvimento. Em 2019, apenas Acre e Rondônia, apresentam municípios com nível de desenvolvimento alto, contrastando com o início do período em análise quando apenas o Amapá não possui municípios nessa condição.

Tabela 8 – Análise do ICV dos estados por níveis de desenvolvimento e percentual de municípios de 2015 a 2019

Ano/Nível de Desenvolvimento		AC	AM	AP	PA	RO	RR	TO
		%	%	%	%	%	%	%
2015	baixo	9%	15%	38%	53%	0%	0%	0%
	médio	77%	84%	63%	47%	33%	93%	88%
	alto	14%	2%	0%	1%	67%	7%	12%
2016	baixo	36%	68%	75%	33%	0%	40%	22%
	médio	59%	32%	25%	62%	58%	53%	73%
	alto	5%	0%	0%	6%	42%	7%	6%
2017	baixo	23%	52%	81%	64%	0%	27%	8%
	médio	68%	48%	19%	36%	42%	73%	82%
	alto	9%	0%	0%	0%	58%	0%	10%
2018	baixo	23%	63%	81%	69%	0%	33%	19%
	médio	77%	37%	19%	30%	73%	67%	81%
	alto	0%	0%	0%	1%	27%	0%	0%
2019	baixo	18%	58%	75%	52%	0%	27%	5%
	médio	73%	42%	25%	48%	67%	73%	86%
	alto	9%	0%	0%	0%	33%	0%	9%

Fonte: Elaborado pelo autor

Ao final do período analisado, Rondônia e Tocantins destacam-se positivamente com municípios em melhores condições socioeconômicas e o Amapá como estado com municípios em pior condição.

4.2.4 – Análise das mesorregiões da região Norte do Brasil com base no ICV de 2015 a 2019

Mesorregião é uma área individualizada, em uma unidade da federação, que apresenta forma de organização do espaço geográfico definidas pelo processo social, o quadro natural, a rede de comunicação e de lugares IBGE (2017). As Tabelas 9, 10 e 11

apresentam dados sobre o ICV médio das mesorregiões, os 15 melhores e piores municípios por ICV médio e suas respectivas mesorregiões.

Observa-se através da tabela 9, na quase totalidade das regiões, uma piora das condições socioeconômicas dos municípios em média entre 2015 e 2019. Por outro lado, entre 2018 e 2019, é possível constatar uma melhoria do ICV em quase todas as regiões com exceção do Norte de Roraima, onde houve piora. Vale ressaltar que entre 2018 e 2019, houve uma explosão da imigração descontrolada da Venezuela para o Brasil entrando pela mesorregião do Norte de Roraima, o que pode ter afetado as condições de vida daquela região.

Tabela 9 – Análise da evolução do ICV por mesorregiões da região Norte do Brasil e maiores níveis médio totais de desenvolvimento

UF	Mesorregião	2015	2016	2017	2018	2019	Total
RO	Leste Rondoniense	0,76	0,70	0,72	0,66	0,67	0,70
RO	Madeira-Guaporé	0,65	0,56	0,61	0,55	0,56	0,59
TO	Ocidental do Tocantins	0,62	0,51	0,55	0,50	0,55	0,54
AC	Vale do Acre	0,59	0,52	0,53	0,49	0,54	0,53
TO	Oriental do Tocantins	0,57	0,47	0,54	0,47	0,54	0,52
PA	Metropolitana de Belém	0,46	0,52	0,44	0,42	0,46	0,46
PA	Sudeste Paraense	0,46	0,53	0,43	0,40	0,43	0,45
AC	Vale do Juruá	0,53	0,41	0,44	0,40	0,46	0,45
RR	Sul de Roraima	0,51	0,40	0,44	0,39	0,49	0,45
PA	Sudoeste Paraense	0,48	0,51	0,39	0,37	0,48	0,44
RR	Norte de Roraima	0,53	0,45	0,43	0,41	0,38	0,44
AM	Centro Amazonense	0,50	0,39	0,43	0,40	0,41	0,43
AM	Sul Amazonense	0,51	0,39	0,44	0,38	0,40	0,42
PA	Baixo Amazonas	0,42	0,39	0,35	0,35	0,41	0,38
AP	Sul do Amapá	0,46	0,34	0,36	0,35	0,39	0,38
PA	Nordeste Paraense	0,37	0,43	0,35	0,34	0,35	0,37
AM	Norte Amazonense	0,43	0,31	0,36	0,33	0,34	0,35
AM	Sudoeste Amazonense	0,44	0,32	0,36	0,30	0,32	0,35
PA	Marajó	0,34	0,38	0,29	0,25	0,29	0,31
AP	Norte do Amapá	0,39	0,30	0,27	0,25	0,31	0,31

Fonte: elaborado pelo autor

No estado do Acre, a mesorregião do Vale do Acre apresenta o melhor ICV médio; no Amazonas, o Centro Amazonense; no Pará, a Metropolitana de Belém; em Roraima, o Sul de Roraima; em Rondônia, o Leste Rondoniense; e, por último, em Tocantins, a Ocidental do Tocantins.

Por outro lado, de acordo com a Tabela 11, 53% dos municípios ranqueados entre aqueles com as 15 piores condições socioeconômicas encontram-se no estado do Pará e, dentre esses, 50% na mesorregião do Marajó. O Amazonas possui 26% desses municípios.

Tabela 10 – 15 municípios com as melhores condições socioeconômicas

UF	Municípios	Mesorregião	ICV
RO	Santa Luzia D'Oeste	Leste Rondoniense	0,96
RO	Cerejeiras	Leste Rondoniense	0,84
RO	Rolim de Moura	Leste Rondoniense	0,82
RO	Colorado do Oeste	Leste Rondoniense	0,81
RO	Nova Brasilândia D'Oeste	Leste Rondoniense	0,81
TO	Araguaçu	Ocidental do Tocantins	0,79
TO	Alvorada	Ocidental do Tocantins	0,78
RO	Ministro Andreazza	Leste Rondoniense	0,78
RO	Cabixi	Leste Rondoniense	0,78
RO	Alta Floresta D'Oeste	Leste Rondoniense	0,78
RO	Pimenta Bueno	Leste Rondoniense	0,77
RO	Presidente Médici	Leste Rondoniense	0,77
RO	Novo Horizonte do Oeste	Leste Rondoniense	0,77
RO	Seringueiras	Leste Rondoniense	0,77
RO	Ouro Preto do Oeste	Leste Rondoniense	0,77

Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 11 – 15 municípios com as piores condições socioeconômicas

UF	Municípios	Mesorregião	ICV
AC	Santa Rosa do Purus	Vale do Acre	0,21
PA	Currálinho	Marajó	0,22
AM	Maraã	Norte Amazonense	0,22
PA	Gurupá	Marajó	0,22
AM	São Paulo de Olivença	Sudoeste Amazonense	0,22
PA	São Caetano de Odivelas	Nordeste Paraense	0,23
PA	Anajás	Marajó	0,23
AP	Oiapoque	Norte do Amapá	0,23
PA	Cachoeira do Piriá	Nordeste Paraense	0,24
PA	Aveiro	Sudoeste Paraense	0,24
AP	Pracuúba	Norte do Amapá	0,25
PA	Chaves	Marajó	0,25
PA	São Domingos do Capim	Nordeste Paraense	0,25
AM	Manaquiri	Centro Amazonense	0,26
AM	Tonantins	Sudoeste Amazonense	0,26

Fonte: elaborado pelo autor

4.3. Análise do modelo de regressão

Após a realização de teste estatísticos foi adotado o modelo de regressão linear de dados em painel com efeitos fixos. Inicialmente fez-se uma análise com base em estatística descritiva das variáveis utilizadas no modelo para, em seguida, proceder-se a uma análise do modelo de regressão utilizado.

4.3.1 Análise descritiva das variáveis quantitativas utilizadas no modelo de regressão

Por meio da tabela 12 tem-se a análise descritiva das variáveis quantitativas utilizadas no modelo de regressão. Quanto ao ICV, observa-se que, em média, durante o período analisado, os municípios da região Norte do Brasil encontram-se na faixa de médio desenvolvimento. Quanto ao Coeficiente de Variação, verifica-se que se encontra na faixa de alta dispersão, o que revela um quadro disparidades regionais quanto às condições de vida da população em geral.

Tabela 12 – Análise descritiva das variáveis quantitativas utilizadas no modelo de regressão

Variáveis	Média	Desv. Padrão	CV
ICV	0,48	0,15	31%
IFGF	0,39	0,18	45%
Esforço Fiscal	4%	0,05	116%
FPM per capita_log	2,89	0,27	9%
PIB per capita_log	4,17	0,22	5%
Densidade Demográfica	24,78	156,90	633%

Fonte: elaborado pelo autor

Quanto IFGF, observa que, em média, os municípios da região se encontram numa faixa de nível de crítico (abaixo de 0,40) de gestão fiscal, o que pode significar, a depender de cada caso, em baixa capacidade de investimento, alto endividamento, estrutura administrativa deficiente e gasto elevado com pessoal. Com base no CV, verifica-se uma elevada disparidade regional.

Em relação a variável Esforço Fiscal, verifica-se o valor médio de 4%, constatando-se que 96% da receita total dos municípios é oriunda de repartição de receitas e transferências intergovernamentais. O resultado corrobora uma questão que é recorrente na literatura, ou seja, que os municípios são altamente dependentes de

transferências intergovernamentais. De acordo com Tristão (2003), a coluna vertebral das finanças públicas municipais são as transferências intergovernamentais.

Com relação ao CV, o valor encontrado de 116% evidencia que há elevada disparidade regional em relação ao nível de esforço fiscal desses municípios. Esses dados sugerem que parte desses municípios não estaria explorando adequadamente sua capacidade fiscal. Nesse sentido, pode estar ocorrendo aquilo que se conhece como “preguiça fiscal”, quando os administradores públicos preferem custear os bens públicos com recursos de terceiros ao invés de explorar a base tributária local incorrendo em ônus político. Esses resultados confirmam os achados de Cossio; 1998; Tristao, 2003; Rodrigues, 2004; e Massardi e Abrantes, 2015.

No que diz respeito ao FPM per capita, observa-se, através do CV em torno de 9%, uma dispersão fraca, levando a crer que o FPM tem sido distribuído de acordo com critérios técnicos. Vale ressaltar que o FPM é um percentual significativo da receita não vinculado dos municípios.

Quanto ao PIB per capita, verifica-se em termos médios – em torno de 5% - uma baixa disparidade econômica regional. Por outro lado, deve-se levar em consideração que essa baixa disparidade econômica está associada um baixo nível de atividade econômica uma vez que a Região Norte é umas regiões mais pobres do Brasil.

Em relação a variável Densidade Demográfica, em torno de 24,78 somando-se a um CV de 633%, é possível concluir de que há municípios com alta densidade demográfica, por outro lado, há outros com baixíssima densidade demográfica, o que revela os desafios de fazer política pública na região.

4.3.3 Estatística do modelo

A Tabela 13 apresenta os coeficientes para o modelo de regressão estimado. Observa-se através do p-valor que as variáveis PIB per capita em log, Partido do Presidente e Coligação do Presidente mostraram-se estatisticamente significativas para explicação do modelo ao nível de 1%; IFGF, FPM per capita em log, Esforço Fiscal mostraram-se estatisticamente significativas para explicação do modelo ao nível de 5%; e Densidade Demográfica ao nível de 10%. Por outro lado, as variáveis Partido do Governador e Coligação do Governador não se mostraram estatisticamente significativas para explicação do modelo.

Os resultados estimados quanto a relação entre nível de desenvolvimento socioeconômico e gestão fiscal medido em termos de IFGF apresentou um coeficiente positivo. Números que indicam que uma boa gestão fiscal tem efeito positivo sobre o desenvolvimento socioeconômico dos municípios da região Norte brasileira. Esses achados comprovam a primeira hipótese apresentada nesse estudo de que municípios com melhores níveis de gestão fiscal possuem melhores níveis de desenvolvimento socioeconômico. Esses resultados estão de acordo com os achados por Mourão e Rabelo (2013), Sousa *et al.*, (2013), Mourão e Romano (2014), Leite *et al.*, (2015), Oliveira e Carvalho (2017). Essa relação nos mostra que melhores níveis de gestão fiscal tendem a promover melhores níveis em termos de condições de vida da população.

Tabela 13 – Estatística do modelo

ICV	Coef.	Std. Err	z	P> z	[95% Conf. Interv]	
IFGF	0,040618	0,017393	2,340000	0,020000	0,006528	0,074709
FPM percapita_log	0,034286	0,017658	1,940000	0,052000	-0,000323	0,068896
Esforço Fiscal	0,226628	0,093678	2,420000	0,016000	0,043023	0,410233
PIB percapita_log	0,249305	0,028280	8,820000	0,000000	0,193877	0,304733
Densidade Demográfica	0,000021	0,000013	1,680000	0,093000	-0,000004	0,000046
PG	0,009540	0,009509	1,000000	0,316000	-0,009098	0,028179
ColigGov	0,005036	0,006663	0,760000	0,450000	-0,008023	0,018095
PPRES	-0,019525	0,007791	-2,510000	0,012000	-0,034794	-0,004255
ColigPres	0,014249	0,005576	2,560000	0,011000	0,003321	0,025178
_cons	-0,693308	0,117869	-5,880000	0,000000	-0,924327	-0,462289

Fonte: elaborado pelo autor

No que diz respeito a relação entre nível de desenvolvimento socioeconômico e Esforço Fiscal; e nível de desenvolvimento socioeconômico e FPM; os achados corroboram as segunda e terceira hipóteses, ou seja, maiores níveis de Esforço Fiscal e FPM tendem melhorar os níveis de desenvolvimento socioeconômico. Os resultados corroboram os resultados encontrados por Massardi e Abrantes (2015), Vieira *et al.* (2021) ao pesquisar a relação entre Esforço Fiscal e desenvolvimento socioeconômico nos municípios mineiros.

No que diz respeito a relação entre PIB per capita e desenvolvimento socioeconômico e Densidade Demográfica e desenvolvimento socioeconômico, observa-se que melhores níveis de renda per capita e maior concentração demográfica, tendem a melhorar os níveis de desenvolvimento socioeconômico.

No que diz respeito as relações político-partidárias e desenvolvimento socioeconômico verificou-se que as relações entre o partido do prefeito e o partido do presidente; e partido do prefeito e a coligação do presidente tendem a afetar os níveis de condições de vida da população. No primeiro caso, negativamente; no segundo, positivamente. Os resultados corroboram o pensamento de Afonso (2017), no sentido de que atualmente as relações entre a presidência e os prefeitos estão mais estreitadas do que as relações em entre prefeitos e governadores.

De acordo com Afonso (2017), tem havido uma relação cada vez mais direta entre Brasília e as prefeituras de todo país, sem passar por governos estaduais, o que afeta as relações política, fiscal e financeiras entre esses entes. Recentemente as transferências voluntárias, por exemplo, têm sido repassadas cada vez mais para prefeituras e menos para estados (Afonso, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo geral a análise da relação entre gestão fiscal e desenvolvimento socioeconômico para os municípios da Região Norte do Brasil entre 2015 e 2019. Nesse sentido optou-se pela criação de índice de desenvolvimento socioeconômico, o ICV, por meio de análise fatorial e, em seguida, uma análise descritiva dos municípios da Região Norte do Brasil com base ICV.

Posteriormente, por meio de uma análise de regressão de dados em painel, realizou-se uma análise da relação entre o ICV como variável dependente e, como variáveis explicativas, indicadores relacionados a gestão fiscal como IFGF, Esforço Fiscal, e FPM per capita, além de outros de cunho demográfico, econômico e político como Densidade Demográfica, PIB per capita e político-partidários.

No que diz respeito à análise do desenvolvimento socioeconômico, viu-se uma piora das condições de vida durante o período analisado, não obstante, um sinal de melhora no último ano. Rondônia, é um estado que se destaca positivamente seguido por Tocantins. No geral, verificou-se que grande parte dos municípios se situa entre baixo e médio desenvolvimento, alguns com índices baixíssimos e preocupantes, o que suscita a necessidade de políticas públicas voltadas não somente para a interiorização do desenvolvimento na Região, mas para o socorro de curto prazo que possa melhorar o acesso de populações altamente vulneráveis a melhores condições de vida.

Quanto a relação entre desenvolvimento socioeconômico e gestão fiscal, verificou-se que IFGF e Esforço Fiscal ajudam a explicar o desenvolvimento socioeconômico da região de forma direta, ou seja, melhorias na qualidade da gestão fiscal e maior eficiência tributária tendem a melhorar o nível de desenvolvimento socioeconômico. Quanto ao FPM per capita, a relação se mostrou estatisticamente significativa, reforçando a importância desse recurso para a região como uma importante política pública para reduzir desigualdades e melhorar a oferta de bens e serviços públicos.

A variável PIB per capita se mostrou estaticamente significativo de forma direta, ou seja, as condições de vida da população tendem a aumentar com a melhoria da renda per capita. Nesse sentido, é preciso encontrar meios de aumentar o dinamismo econômico regional, considerando que a região ainda é bastante rural e umas das mais pobres do país. É importante que se desenvolvam políticas públicas que estimulem a

diversificação e sofisticação econômica de forma mais descentralizada dos grandes centros metropolitanos.

Quanto a Densidade Demográfica, vê-se que maior concentração demográfica ajuda a melhorar os níveis de desenvolvimento socioeconômico local, o que reforça os desafios de se fazer política pública na região, uma vez que se trata da região do Brasil de menor concentração demográfica, logo os custos e desafios logísticos são maiores.

No que diz respeito às relações político-partidárias, constatou que as relações do prefeito com o presidente e sua base de apoio é muito mais relevante para o desenvolvimento da região do que as relações político-partidárias do prefeito com o governador e sua base de apoio. Os resultados revelaram ainda que, pertencer ao partido do presidente traz resultados menos favoráveis do que não pertencer ao partido do presidente, mas pertencer a um partido que se encontra em sua coligação. É possível que o presidente considere ser necessário liberar mais recursos para os partidos que se encontram em sua base de apoio do que propriamente ao seu próprio partido, uma vez que pode contar com uma certa lealdade ideológica e partidária.

As limitações desse estudo estão relacionadas às restritas dimensões sociais que estão representadas no ICV, o curto espaço temporal analisado, ademais, a análise da qualidade da gestão fiscal e eficiência arrecadatória representadas pelo IFGF e Esforço Fiscal respectivamente, poderiam ser melhor compreendidas se fossem utilizadas variáveis que são componentes desses índices.

Como sugestão para trabalhos futuros pode-se construir um índice de desenvolvimento socioeconômico para a região Norte do Brasil que contemple novas dimensões além de saúde, educação, emprego e renda; analisar a relação entre desenvolvimento socioeconômico, gestão fiscal e eficiência arrecadatória por grupos para identificar padrões; e, além disso, relacionar esse fenômeno a variáveis com maior nível de detalhamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRUCIO, F. L. (2022). Federalismo brasileiro e projeto nacional: os desafios da democracia e da desigualdade.

AFONSO, J. R. R. (2017). Federalismo Fiscal Brasileiro: uma visão atualizada. www.idp.edu.br

AGÊNCIA IBGE. Censo 2022: taxa de analfabetismo cai de 9,6% para 7,0% em 12 anos, mas desigualdades persistem. Agência de Notícias. Disponível em: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/40098-censo-2022-taxa-de-analfabetismo-cai-de-9-6-para-7-0-em-12-anos-mas-desigualdades-persistem#:~:text=Ou%20seja%2C%20a%20taxa%20de,44%2C0%25\)%20era%20alfabetizada](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/40098-censo-2022-taxa-de-analfabetismo-cai-de-9-6-para-7-0-em-12-anos-mas-desigualdades-persistem#:~:text=Ou%20seja%2C%20a%20taxa%20de,44%2C0%25)%20era%20alfabetizada.). Acesso em: 16 dez. 2024.

ANA. **Mesorregiões**. 2013. Disponível em: <https://metadados.snirh.gov.br/geonetwork/srv/api/records/2c32b39e-abf5-425b-922a-a407b1bf9f86>. Acesso em: 20 set. 2024.

BAIÃO, A. L. **O papel das transferências intergovernamentais na equalização fiscal dos municípios brasileiros**. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE), Rio de Janeiro, 2013

BAIÃO, Alexandre Lima *et al.* Papel das transferências intergovernamentais na equalização fiscal dos municípios brasileiros. **Revista do Serviço Público**, [S.L.], v. 68, n. 3, p. 583-610, 29 set. 2017. Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). <http://dx.doi.org/10.21874/rsp.v68i3.1406>.

AGÊNCIA IBGE. **Pobreza cai para 31,6% da população em 2022, após alcançar 36,7% em 2021**. 2023. Disponível em: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38545-pobreza-cai-para-31-6-da-populacao-em-2022-apos-alcancar-36-7-em-2021#:~:text=A%20regi%C3%A3o%20Nordeste%2C%20em%202022,das%20pessoas%20em%20extrema%20pobreza](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38545-pobreza-cai-para-31-6-da-populacao-em-2022-apos-alcancar-36-7-em-2021#:~:text=A%20regi%C3%A3o%20Nordeste%2C%20em%202022,das%20pessoas%20em%20extrema%20pobreza.). Acesso em: 09 set. 2024.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18 de julho de 2023.

BRASIL. EMPRAPA. . **Região Norte**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/contando-ciencia/regiao-norte>. Acesso em: 09 set. 2024.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. . **Geografia**. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/embaixada-bogota/o-brasil/geografia>. Acesso em: 09 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Mortalidade infantil e fetal por causas evitáveis no Brasil é a menor em 28 anos. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2024/marco/mortalidade-infantil-e-fetal-por-causas-evitaveis-no-brasil-e-a-menor-em-28-anos#:~:text=O%20Brasil%20registrou%20em%202023,uma%20s%C3%A9rie%20hist%C3%B3rica%20desde%201996>. Acesso em: 16 dez. 2024.

BRASIL. Lei nº 101, de 4 de maio de 2000. Dispõe sobre a Responsabilidade na Gestão Fiscal e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 maio 2000.

BREMAEKER, François E. J. Causas da situação de crise financeira dos municípios brasileiros. *Revista de Administração Municipal*. Rio de Janeiro, 42(219), out./dez. 1996.

CAJAZEIRA, A. P. G. B., e Jorge, M. A. (2015). Responsabilidade Fiscal e Desenvolvimento Municipal.

CARVALHO, W. Q., e Marques De Oliveira, N. (2017). Gestão fiscal, desenvolvimento e eleição municipal: uma análise da região Nordeste entre 2006 e 2010. *Teoria e Evidência Econômica-Ano*, 23, 312–331. <https://doi.org/10.5335/rtee.v23i49.8254>

CAMPELO, Carlos Alberto G Barreto. **Eficiência Municipal**: um estudo no estado de são paulo. 2003. 199 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-Graduação em Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

CAMPELLO, C. A. G. B. e MATIAS, A. B. *Administração Financeira Municipal*. São Paulo: Atlas, 2000. 413p.

CLAUDIO CONSIDERA (Rio de Janeiro). Fgv Ibre. **Um breve retrato econômico da Amazônia**. 2021. Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/um-breve-retrato-economico-da-amazonia>. Acesso em: 09 set. 2024.

FEIJÓ, Carmem Aparecida *et al.* Além do PIB: uma visão crítica sobre os avanços metodológicos na mensuração do desenvolvimento sócio econômico e o debate no Brasil contemporâneo. **Estatística e Sociedade**, Porto Alegre, n. 2, p. 42-56, 2012.

CNM (Brasília). **Cerca de 60% dos Municípios são rurais, diz IBGE**. 2017. Disponível em: <https://cnm.org.br/comunicacao/noticias/cerca-de-60-dos-municipios-sao-rurais-diz-ibge>. Acesso em: 20 set. 2024.

CRESWELL, John W.; CRESWELL, J. David. **Projeto de Pesquisa: Métodos Qualitativo, Quantitativo e Misto**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2021. 234 p.

COSSÍO, Fernando Andrés Blanco. **DISPARIDADES ECONÔMICAS INTER-REGIONAIS, CAPACIDADE DE OBTENÇÃO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS, ESFORÇO FISCAL E GASTO PÚBLICO NO FEDERALISMO BRASILEIRO**. 1996. 181 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Economia, Departamento de Economia, Pontifícia Universidade Católica de Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: file:///D:/Ruy_pré-projeto/1996-BlancoCossio_F_A.pdf. Acesso em: 13 out. 2023

EXAME (São Paulo). **Região Norte é a mais afetada pela fome. No Pará, quase 10% das famílias sofrem privação**. 2024. Disponível em: <https://exame.com/brasil/regiao-norte-e-a-mais-afetada-pela-fome-no-para-quase-10-das-familias-sofrem-privacao/>. Acesso em: 09 set. 2024.

FÁVERO, Luiz Paulo. **Análise de dados: modelos de regressão com excel, stata e spss**. São Paulo: Elsevier, 2015. 896 p.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FIRJAN) (Rio de Janeiro). **Índice Firjan Gestão Fiscal - Edição 2021. Metodologia**, [s. l], p. 1-7, 2021. Disponível em: <file:///D:/IFGF%20-%20Anexo%20Metodologico%20-%202021-v2.pdf>. Acesso em: 13 out. 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 175 p.

GIAMBIAGI, Fábio; ALÉM, Ana Cláudia. **Finanças Públicas: teoria e prática no brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2011. 498 p.

GONÇALVES, Raphaella Maia et al. A RELAÇÃO ENTRE O DESEMPENHO NA GESTÃO FISCAL E O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO NOS MUNICÍPIOS DO RIO DE JANEIRO DE 2006 A 2013. **Cap Accounting And Management**, [s. l], v. 16, n. 1, p. 74-91, 2022. Disponível em: <http://revistas.utfpr.edu.br/pb/index.php/CAP/article/view/2730/2212>. Acesso em: 13 out. 2023.

JANUZZI, P. de M. (2002). Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais.

JANUZZI, P. de M. (2005). Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil *. In Revista do Serviço Público Brasília (Vol. 56, Issue 2).

HAIR JR., J. F. et al. Análise Multivariada de dados. Porto Alegre: Bookman, 2009. 688 p.

LAKATOS, M.A.; LAKATOS, E.M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. E. ed. Ed.: Atlas, São Paulo. 2003

LAZARIN, Maiara de Fátima *et al.* A RELAÇÃO ENTRE A DÍVIDA PÚBLICA E O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES: EVIDÊNCIAS PARA O PERÍODO DE 2002 A 2010. **Race**, Joaçaba, v. 13, n. 2, p. 719-735, 2014.

LEITE FILHO, Geraldo Alemandro *et al.* Efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal nos Indicadores de Desenvolvimento e de Responsabilidade Social dos Municípios do Estado de Minas Gerais. **Revista Mineira de Contabilidade**, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, p. 14-25, 2015. Quadrimestral. Disponível em: <http://revista.crcmg.org.br/index.php?journal=rmc>. Acesso em: 07 set. 2024.

LEROY, Rodrigo Silva Diniz et al. Estrutura Arrecadatória e Desenvolvimento Socioeconômico dos Municípios Mineiros. **Desenvolvimento em Questão**, [S.L.], v. 15, n. 41, p. 164, 21 out. 2017. Editora Unijui. <http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2017.41.164-201>.

LOPREATO, Francisco Luiz C.. Federalismo brasileiro: origem, evolução e desafios. **Testos Para Discussão**, Campinas, n. 388, p. 1-37, jul. 2020. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/TD/TD388.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2022.

LOUZANO, João Paulo de Oliveira et al. Causalidade de Granger do índice de desenvolvimento socioeconômico na gestão fiscal dos municípios brasileiros. **Revista de Administração Pública**, [S.L.], v. 53, n. 3, p. 610-627, jun. 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0034-761220180139>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/zTmvGMYRGTrNHqM5TVJcPLv/?lang=pt>. Acesso em: 13 jun. 2023.

MACEDO, J. de J., e Corbari, E. C. (2009). Efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal no endividamento dos Municípios Brasileiros: uma análise de dados em painéis 1 Effects of Fiscal Responsibility Law on Brazilian cities' debt: an analysis of panel data.

MARCEL BALASSIANO (Rio de Janeiro). **Década cada vez mais perdida na economia brasileira e comparações internacionais**. 2020. Disponível em: <https://portal.fgv.br/artigos/decada-cada-vez-mais-perdida-economia-brasileira-e-comparacoes-internacionais>. Acesso em: 25 out. 2024.

MARQUES, L. D. Modelos dinâmicos com dados em painel: revisão da literatura. Série Working Papers do Centro de Estudos Macroeconômicos e Previsão (CEMPRE) da Faculdade de Economia do Porto, Portugal, n. 100, 2000.

MATIAS-PEREIRA, José. **Administração Pública: foco nas instituições e ações governamentais**. 5. Ed. rev. e atual. – São Paulo, 2018.

MATIAS-PEREIRA, José. **Finanças Públicas: a política orçamentária no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 402 p.

MARÔCO, João. **Análise Estatística com o SPSS Statistics**. 5. ed. Pêro Pinheiro: Reportnumber, 2011. 990 p.

MASSARDI, Wellington de Oliveira. **Esforço fiscal e desempenho arrecadatório nos municípios mineiros**. 2014. 90 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2014.

MENDES, M., MIRNADA R. B., COSIO, F.B, e Alcântara, L. (n.d.). TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS NO BRASIL: diagnóstico e proposta de reforma. http://www.senado.gov.br/conleg/textos_discussao.htm

MOREIRA, Aldemir Freire. **Esforço fiscal e carga tributária potencial dos estados do Nordeste**. 1999. 85 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1999.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Fae**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 38-48, 2002.

PAES, Nelson Leitão *et al.* Desenvolvimento regional e federalismo fiscal no Brasil: em busca da igualdade na distribuição de receitas. **Economia Aplicada**, [S.L.], v. 12, n. 4, p. 707-742, dez. 2008. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-80502008000400008>

PAIVA, Carlos Aguedo Nagel *et al.* INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E ANÁLISE REGIONAL: fundamentos da centralidade do quociente locacional / socioeconomic indicators and regional analysis. **Informe Gepec**, [S.L.], v. 26, n. 3, p. 378-399, 21 nov. 2022. Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE. <http://dx.doi.org/10.48075/igepec.v26i3.29569>

PESTANA, M. H.; GAGEIRO, J. N. Análise de dados para ciências sociais: a

complementaridade do SPSS. 5. ed. Lisboa: Sílabo, 2008. 694 p.

PINTO, Nelson Guilherme Machado *et al.* ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DAS REGIÕES DO RIO GRANDE DO SUL. **Rde - Revista de Desenvolvimento Econômico**, [S.L.], v. 1, n. 39, p. 5, abr. 2013. Revista de Desenvolvimento Economico. <http://dx.doi.org/10.21452/rde.v15i28.2609>.

PODER 360 (Brasília). **Tributos sobre o consumo dominam arrecadação no Brasil... Leia mais no texto original: (<https://www.poder360.com.br/economia/tributos-sobre-o-consumo-dominam-arrecadacao-no-brasil/>)** © 2024 Todos os direitos são reservados ao Poder360, conforme a Lei nº 9.610/98. A publicação, redistribuição, transmissão e reescrita sem autorização prévia são proibidas. 2024. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/economia/tributos-sobre-o-consumo-dominam-arrecadacao-no-brasil/>. Acesso em: 10 set. 2024.

PORTAL AMAZONIA (Manaus). **População da Região Norte chega a 17 milhões, aponta Censo do IBGE.** 2023. Disponível em: <https://portalamazonia.com/noticias/cidadania/populacao-da-regiao-norte-chega-a-17-milhoes-aponta-censo-do-ibge>. Acesso em: 18 jul. 2023.

PORTAL R7 (São Paulo). **Descubra quais são os dez estados mais pobres do Brasil.** 2022. Disponível em: <https://noticias.r7.com/prisma/o-que-e-que-eu-facosphia/fotos/descubra-quais-sao-os-10-estados-mais-pobres-do-brasil-18072022#/foto/1>. Acesso em: 18 jul. 2023.

RABÊLO, Tayana de Mello; MOURÃO, Gustavo Nunes. GESTÃO FISCAL E DESENVOLVIMENTO HUMANO NO VALE DO RIBEIRA. **Caderno Paic**, [s. l], v. 15, n. 1, p. 203-219, 2014. Disponível em: <https://cadernopaic.fae.edu/cadernopaic/article/view/60/59>. Acesso em: 13 out. 2023.

REZENDE, Amaury José *et al.* A GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL E A EFICIÊNCIA DOS GASTOS PÚBLICOS: UMA INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA ENTRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Revista Universo Contábil**, [s. l], v. 1, n. 1, p. 24-40, 2005

REZENDE, F. (1995). Federalismo fiscal no Brasil. *Brazilian Journal of Political Economy*, 15(3), 297–310. <https://doi.org/10.1590/0101-31571995-0834>

REZENDE, Fernando. **Finanças Públicas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006. 375 p.

RIBEIRO, Marco Túlio José de Barros. **INFLUÊNCIA DAS TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS NA ARRECADAÇÃO DE RECEITA**

TRIBUTÁRIA MUNICIPAL. 2022. 135 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Departamento de Contabilidade, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022.

ROMANO, Lorena Sibila; MOURÃO, Gustavo Nunes. GESTÃO FISCAL E DESENVOLVIMENTO HUMANO NOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ. **Caderno Paic**, Curitiba, v. 1, n. 16, p. 205-226, 15 abr. 2016. Disponível em: <https://cadernopaic.fae.emnuvens.com.br/cadernopaic/article/view/94/93>. Acesso em: 09 out. 2025.

ROSADO, P. L., ROSSATO, M. V., e LIMA, J. E. (2009). Análise do Desenvolvimento Socioeconômico das Microrregiões de Minas Gerais.

SALEME, Edson Ricardo. **Direito Constitucional**. 4. ed. Santana do Parnaíba: Manole, 2021. 364 p.

SCHLINDWEIN, C. M., CARDOSO, B. F., e SHIKIDA, P. F. A. (2014). Evolução dos indicadores de desenvolvimento socioeconômico nos municípios paranaenses que recebem royalties da Itaipu Binacional. *URBE - Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 6(583), 361. <https://doi.org/10.7213/urbe.06.003.ac06>

SEN, Amartya. O desenvolvimento como expansão de capacidades. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, [S.L.], n. 28-29, p. 313-334, abr. 1993. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-64451993000100016>

SILVA, Julio Carlos da *et al.* Desenvolvimento socioeconômico sob a ótica da gestão fiscal: uma análise multivariada nos municípios brasileiros. **Debates em Administração Pública**, Brasília, v. 3, n. 3, p. 1-28, 2023.

SILVA, Fernanda Aparecida Guedes Honorato da *et al.* Perfil Orçamentário de Pequenos Municípios: o caso do município de Ladainha :: mg. **Revista de Administração, Sociedade e Inovação**, [S.L.], v. 4, n. 2, p. 160-182, 11 jul. 2018. Programa de Pos Graduacao em Administracao da UFF/VR. <http://dx.doi.org/10.20401/rasi.4.2.207>.

SOARES, Márcia Miranda; MACHADO, José Ângelo. **Federalismo e Políticas Públicas**. Brasília: Enap, 2018. 112 p.

SOARES, Márcia Miranda; MELO, Bruno Guimarães de. Condicionantes políticos e técnicos das transferências voluntárias da União aos municípios brasileiros. **Revista de Administração Pública**, [S.L.], v. 50, n. 4, p. 539-562, ago. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7612138727>.

SOUZA, Charles Okama de. **Esforço fiscal e alocação de recursos nos municípios da zona da mata de Minas Gerais**. 2007. 105 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2007.

SOUZA, Paulo Francisco Barbosa de *et al.* Desenvolvimento Municipal e Cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal: uma análise dos municípios brasileiros utilizando dados em painel. **Revista Evidenciação Contábil e Finanças**, [S.L.], v. 1, n. 1, p. 58-70, 23 jul. 2013. Portal de Periodicos UFPB. <http://dx.doi.org/10.18405/recfin20130104>

SUZART, Janilson Antonio da Silva et al. FEDERALISMO FISCAL E AS TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS: um estudo exploratório com os municípios brasileiros. **Advances In Scientific And Applied Accounting**, [S.L.], v. 11, n. 1, p. 127-145, 30 abr. 2018. Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (ANPCONT). <http://dx.doi.org/10.14392/asaa.2018110107>.

TRISTÃO, José Américo Martelli, **A Administração Tributária dos Municípios Brasileiros: uma avaliação do desempenho da arrecadação**. São Paulo: EAESP/FGV, 2003. 172 p. (Tese de doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação da EAESP/FGV. Área de Concentração: Organização, Recursos Humanos e Planejamento).

VARGAS, N. C. (2011). A descentralização e as teorias do Federalismo Fiscal (Vol. 32, Issue 1).

VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval. **Economia Micro e Macro**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 439 p.

VIEIRA, Michelle Aparecida et al. IMPLICAÇÕES DO ESFORÇO DE ARRECADÇÃO NO DESEMPENHO SOCIOECONÔMICO DOS MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS. **Gestão e Regionalidade**, [S.L.], v. 33, n. 99, p. 21-38, 07 dez. 2016. Quadrimestral. USCS Universidade Municipal de São Caetano do Sul. <http://dx.doi.org/10.13037/gr.vol33n99.3981>. Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_gestao/article/view/3981/2191. Acesso em: 13 jun. 2023.

SCHLINDWEIN, C. M., CARDOSO, B. F., e SHIKIDA, P. F. A. (2014). Evolução dos indicadores de desenvolvimento socioeconômico nos municípios paranaenses que recebem royalties da Itaipu Binacional. **URBE - Revista Brasileira de Gestão Urbana**, 6(583), 361. <https://doi.org/10.7213/urbe.06.003.ac06>

Soares, M. M., e Machado, J. ân. (2018). Federalismo e Políticas Públicas.

SUZART, Janilson Antonio da Silva et al. FEDERALISMO FISCAL E AS TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS: um estudo exploratório com os municípios brasileiros. **Advances In Scientific And Applied Accounting**, [S.L.], v. 11, n. 1, p. 127-145, 30 abr. 2018. Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (ANPCONT). <http://dx.doi.org/10.14392/asaa.2018110107>.

VIEIRA, Michelle Aparecida et al. DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E EFICIÊNCIA TRIBUTÁRIA: uma análise dos municípios de Minas Gerais. **Revista Universo Contábil**, [S.L.], v. 16, n. 3, p. 160, 25 jun. 2021. Revista Universo Contábil. <http://dx.doi.org/10.4270/ruc.2020320>.

Vidigal, V. G., Amaral, I. D. C., e Silveira, G. F. (2012). Desenvolvimento Socioeconômico nas microrregiões do Paraná: uma análise multivariada. *Revista de Economia*, 38(2). <https://doi.org/10.5380/re.v38i2.29948>

ZUCCOLOTTO, Robson et al. **O comportamento das finanças públicas municipais nas capitais dos estados brasileiros**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, Não use números Romanos ou letras, use somente números Árabicos., 2008, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: Cbc, 2008. p. 1-15. Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/1237>. Acesso em: 13 jun. 2023